

A pergunta que não quer calar: Bolsonaro, por que sua esposa recebeu 89 mil de Queiroz?

HORA
DO POVO

ANO XXX - Nº 3.771 26 de Agosto a 1º de Setembro 2020

★ ★ ★ ★ ★



AFP

Em vez de responder, agrediu a imprensa ameaçando repórter

Alguém coisa muito grave deve estar por trás dos R\$ 89 mil que Queiroz e esposa passaram diretamente para a primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Diante da pergunta natural, uma vez que os valores vieram à tona, Bolsonaro se transtornou: “minha vontade é encher tua boca com uma porrada, tá, seu safado”. Diante da ameaça, jornalistas e personalidades de todo o país se solidarizaram com o repórter d’O Globo. Em repúdio à agressão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que a ‘liberdade de imprensa é inegociável na democracia’.

Página 3

I
REAL
BRASIL

Nas bancas
toda quarta
e sexta-feira

José Cruz - ABR

“Governo iniciou o dossiê no dia da minha saída”, denuncia Moro

O ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, rebateu em nota que o dossiê fascista contra 579 servidores tenha sido feito em sua gestão, como insinuaram os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes. “Causa estranheza a suposta requisição de um relatório, justamente no dia 24 de abril, dia em que Sérgio Moro deixou o governo”, diz a nota oficial do ex-ministro.

Pág. 3

Tudo por dinheiro: deputada Flordelis indiciada por morte do marido pastor

Segundo a polícia, foram oito tentativas de assassinar o pastor; filhos e neta do casal foram presos. A deputada federal Flordelis dos Santos de Souza só não foi presa porque tem fórum privilegiado. O motivo do crime foi dinheiro.

Pág. 4

Para economistas, manter teto de gastos afundará país na recessão



Pedro Guerreiro - Ag. Pará

Inaugurado por Bolsonaro, duto da transposição se rompe no CE

Menos de um mês depois de ter sido inaugurado por Bolsonaro, o duto construído para receber as águas da transposição do rio São Francisco na região de Jati, no Ceará, se rompeu. Moradores da região foram evacuados do local na madrugada após o rompimento da tubulação. Cerca de 2 mil pessoas foram retiradas de suas casas em um raio de dois quilômetros ao redor do reservatório. A evacuação foi confirmada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A pasta frisou que a remoção foi realizada de forma preventiva. Os moradores estão sendo comunicados da necessidade de se retirarem do local por meio de carros de som que percorrem as vias da cidade. Profissionais da Defesa Civil e trabalhadores da empresa que gerencia a barragem foram convocados para ajudar.

P 4

Ex-marqueteiro de Trump foi preso por roubo de \$ 1 milhão

Foi preso por fraude e lavagem de dinheiro o guru da campanha de 2016 de Trump e ex-estrategista-chefe da Casa Branca, Steve Bannon, acusado de desviar para o próprio bolso dinheiro arrecadado sob a promessa de ajudar a construir o muro na fronteira do México.

P 7



Alan Santos - PR

“O retorno da austeridade fiscal em 2021, como querem os economistas do mercado financeiro, significará a maior contração fiscal da história do Brasil, pois levará a uma enorme redução no gasto primário em 2021 na comparação com 2020. Tal contração fiscal, no contexto de uma economia com enormes níveis de ociosidade dos fatores de produção, levará a economia brasileira a um novo mergulho recessivo com aumento brutal da desigualdade na distribuição de renda, com consequências sociais – e econômicas – imprevisíveis”, afirmam centenas de economistas e profissionais da área que elaboraram um manifesto.

Página 2

Flávio desviou R\$ 442 mil de vale-refeição para Queiroz

O senador Flávio Bolsonaro pagou ao menos R\$ 442,8 mil em auxílio-alimentação ao ex-assessor Fabrício Queiroz e familiares na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), segundo informações obtidas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. O MP-RJ suspeita que esses recursos vinhos do esquema de funcionários fantasmas.

Página 3

Após pressão de Maia, é cancelado aumento do valor dos planos saúde

Após o presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia, dizer que iria pautar a votação de um projeto de lei para suspender o aumento das mensalidades dos planos de saúde em 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu proibir qualquer reajuste até o fim do ano.

Página 4

Foto: Marcos Corrêa/PR



Governo contrata múlti por 7,9 milhões para ‘estudar’ como privatizar os Correios

O governo Bolsonaro, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), anunciou o andamento de seu projeto de privatização dos Correios.

Em meio à greve dos funcionários contra o corte de direitos, fechamento de agências e redução de pessoal da estatal responsável pela entrega de correspondências e produtos em todo o território nacional, o BNDES divulgou a escolha da multinacional Accenture para liderar estudos para a privatização ou extinção da empresa.

Através de uma nota divulgada no final de semana (22), o BNDES, presidido por Gustavo Montezano, informou que homologou na quinta-feira (20) o consórcio “Postar”, liderado pela empresa Accenture do Brasil, como vencedor do seu processo de seleção de empresas para a realização dos “estudos”.

Além da multinacional Accenture, que foi fundada em Chicago (EUA) e tem sede hoje em Dublin na Irlanda, o consórcio conta com a participação das empresas Machado, Meyer, Sendacz, Opice e Falcão Advogados. O governo pagará para Postar cerca de R\$ 7,89 milhões pela consultoria.

A privatização da empresa foi defendida desde o início do governo Bolsonaro pelo seu então secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar. No entanto, a tentativa de Bolsonaro/Guedes de seguir adiante com seus projetos de desestatização de empresas vem encontrando dificuldades ao ponto do próprio secretário da privatização pedir para sair do governo.

Montezano, escolhido por Paulo Guedes para transformar o BNDES em um banco a serviço das privatizações, além de ter entre suas metas o desmonte do banco de fomento, vai não só “estudar”, mas participar da elaboração dos projetos de privatização do governo Bolsonaro.

Correios em greve

O plano de entrega da empresa à iniciativa privada também foi denunciado pelos trabalhadores na greve respondendo aos argumentos do governo de é que deficitária. De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos (Fentect), no ano passado, a ECT teve uma receita de R\$ 18,3 bilhões e registrou um lucro de R\$ 102,1 milhões. No entanto, a empresa fechou o ano passado com 99.443 funcionários, uma redução de -5,61%, frente aos 105.349 trabalhadores registrados em 2018.

Para a Federação Interestadual dos Trabalhadores dos Correios (FINDECT), a privatização do serviço postal brasileiros só beneficiará “as gananciosas empresas estrangeiras de comércio eletrônico e logística, como Amazon, UBER, Fedex, UPS, entre outras que estão direcionando as ações do governo e da direção da ECT rumo à extinção ou venda dos Correios trazendo prejuízo à população”, denunciou a entidade.

Economistas lançam manifesto pela extinção do teto de gastos



Política de Bolsonaro e Guedes levará o país a um novo mergulho recessivo

Bolsonaro manipula números para inflar gastos no combate à Covid

O governo Bolsonaro gastou muito menos no combate à Covid-19 do que o ministro da Economia, Paulo Guedes, vem alardeando. No dia 18 de agosto, data em que o Brasil registrou o recorde de 100 mil vidas ceifadas pelo novo coronavírus, em nota, o governo afirmou, através da Secretaria Especial de Comunicação Social, que foram “mais de R\$ 1 trilhão para salvar vidas e garantir o emprego e a dignidade de milhares de brasileiros”.

No dia 18 de agosto, o Tesouro Nacional registrava o resultado dos recursos extraordinários aprovados

pelo Congresso Nacional: dos R\$ 511,97 bilhões aprovados, pouco mais da metade foram utilizados: apenas R\$ 310,86 bilhões. Em audiência no Congresso Nacional, no dia 30 de julho, Paulo Guedes, afirmou que o governo “gastou mais de R\$ 1 trilhão” no combate à pandemia. O ministro foi questionado por parlamentares da Comissão Mista do Congresso, que acompanha as medidas relacionadas à Covid, sobre a “ajuda” às empresas para capital de giro e folha de pagamento que “não chegava na ponta”.

O valor divulgado pelo

Tesouro está muito distante dos “números expressivos” que Bolsonaro e Guedes estão divulgando. Na prática, a maior despesa do Executivo está sendo com o auxílio emergencial de R\$ 600, que só foi possível por iniciativa do Congresso Nacional. Ainda assim, até o dia 18 de agosto, só foram executados R\$ 182,87 bilhões dos R\$ 254 bilhões previstos para ajudar, segundo o Tesouro Nacional.

Veja mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/em-5-meses-governo-so-gastou-60-dos-recursos-de-combate-a-pandemia/>



83% das micro e pequenas indústrias não têm acesso ao crédito emergencial

“O crédito não chegou à mão do empresário”, diz Joseph Couri, presidente do Simpi

Após cinco meses de pandemia, as micro e pequenas indústrias do estado de São Paulo continuam enfrentando dificuldades no acesso ao crédito, segundo pesquisa realizada pelo Sindicato de Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo (Simpi).

Apenas 9% tiveram crédito emergencial com garantia do governo aprovado por instituição financeira e 31% tiveram demanda negada, segundo registrou o 9º Boletim do Simpi sobre o Impacto do Coronavírus nos Negócios. “83% das empresas não estão tendo acesso a crédito durante a crise para se manter funcionando. Há empresas que conseguiram crédito no começo da crise, mas que já se esgotou ao longo dos últimos meses”. A pesquisa foi realizada pela Datafolha de 6 a 14 de agosto.

Para 42% das empresas, o capital de giro que dispõem é insuficiente e está trazendo muitas dificul-

dades para a sobrevivência dos negócios. Uma parcela de 8% das empresas correm risco de falir nos próximos 30 dias, de acordo com os empresários. 29% das empresas demitiram durante a pandemia.

“O quadro é extremamente difícil e desafiador. O pior já passou? Eu diria que o pior do fator gerador da crise passou, mas a paralisação fez com que todo o capital de giro das empresas fosse embora. O crédito não chegou à mão do empresário. A pressão existe e é grave. As sequelas estão aí colocadas e precisamos ser resolutivos daqui para frente”, declarou Joseph Couri, presidente do Simpi, ao Estadão.

“Sai muito mais barato pelo aspecto social, humano e material manter uma empresa viva do que quebrá-la e depois esperar que nasça outra para ocupar o lugar dela”.

Segundo a pesquisa, a fatia que corre risco de entrar em recuperação judicial nos próximos dias

é de 9%. Uma parcela de 29% das empresas da tiveram algum fornecedor que faliu ou entrou em recuperação judicial desde o início da pandemia. A parcela que teve algum cliente empresarial que deixou de comprar porque faliu ou entrou em recuperação judicial é de 35%.

Para 4% dos entrevistados, “a crise econômica trazida pelo coronavírus já foi solucionada e não afeta mais os negócios”. Para 53%, “a crise ainda é muito forte, afeta muito os negócios e não dá para prever quando a economia irá se recuperar”.

“Não existe uma ilha isolada na economia. Se quebra um pequeno negócio, ele vai afetar diretamente médias empresas, grandes empresas, multinacionais. É vice-versa”, ressaltou Couri. “Sai muito mais barato pelo aspecto social, humano e material manter uma empresa viva do que quebrá-la e depois esperar que nasça outra para ocupar o lugar dela”.

“Precisamos de novos instrumentos fiscais que permitam uma estabilização do ciclo econômico, viabilizem o aumento dos investimentos públicos e garantam as políticas de transferência de renda e a prestação de serviços públicos de qualidade, afirmam em manifesto”

O retorno da austeridade fiscal em 2021, como querem os economistas do mercado financeiro, significará a maior contração fiscal da história do Brasil, pois levará a uma enorme redução no gasto primário em 2021 na comparação com 2020. Tal contração fiscal, no contexto de uma economia com enormes níveis de ociosidade dos fatores de produção, levará a economia brasileira a um novo mergulho recessivo com aumento brutal da desigualdade na distribuição de renda, com consequências sociais – e econômicas – imprevisíveis”, afirmam economistas e profissionais da área que elaboraram um manifesto sobre “a necessidade de se retirar as restrições autoimpostas aos gastos de investimento e demais despesas obrigatórias da União pelo teto de gastos definido pela EC 95”.

Uma primeira versão do documento foi redigida pelos economistas **José Luís Oreiro**, professor da Universidade de Brasília (UnB), **Luiz Fernando de Paula** (IE/UFRJ) e **José Celso Cardoso** (Afipea), mas outros economistas estão contribuindo com o texto que ainda está sendo elaborado e será encaminhado à apreciação e divulgação junto à **Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABE-D-DF)**, e estará aberto às sugestões e modificações.

“A proposta de “furar o piso”, com redução da carga horária dos servidores, irá comprometer ainda mais a prestação de serviços públicos de saúde, educação, etc. para população brasileira, afetando negativamente a parcela mais pobre da mesma, precisamente a que está sendo mais atingida pelos efeitos da Pandemia”, ressaltam os economistas, em um dos trechos, onde analisam as consequências da manutenção do Teto de Gastos, considerado **“A âncora da estagnação brasileira e da crise social”**.

Para os economistas, “o aumento da dívida pública como proporção do PIB tem levado os arautos da austericídio fiscal a propor o regresso do governo à trajetória de ajuste fiscal já em 2021, além de defenderem a PEC 186 (Emergencial), acionando o gatilho de redução de até 25% das horas trabalhadas dos servidores federais com correspondente redução nos vencimentos”.

Alguns economistas afirmam que diante das previsões de que a economia brasileira deverá apresentar uma contração de mais de 6% no ano de 2020, somado com as perdas de produto ainda não recuperadas da crise de 2014-2016, fará com que o PIB brasileiro em 31/12/2020 será entre 12 a 14% inferior ao prevalemente em 31/12/2013, “caracterizando assim uma situação de depressão econômica”.

Vários outros economistas deram contribuições ao documento, o qual foi publicado na íntegra na edição on line da Folha de São Paulo. O manifesto, até então, contava com a adesão de 380 economistas e profissionais que trabalham com economia, entre professores universitários, pesquisadores, funcionários públicos e consultores.

Publicamos a seguir alguns trechos do manifesto. “O ultraliberalismo bra-

sileiro ignora o debate sobre política fiscal nos países desenvolvidos, onde a tônica tem sido a necessidade de continuar com estímulos fiscais para manter a atividade econômica, por intermédio do investimento público na descarbonização da economia, para atender a dupla necessidade de criar emprego e renda, e contribuir para o enfrentamento do grave problema ambiental e humano do aquecimento global.

“O argumento de que o controle da dívida pública a fórceps levará a uma percepção favorável dos investidores externos é falacioso, e mesmo impatriótico, pois não se sustenta em qualquer base teórica e muito menos comprovação histórica.

“Esquecem-se os defensores dessa suposta alternativa que o mundo inteiro estará, nos próximos anos, às voltas com a recuperação das economias nacionais. O fator primordial que sustenta expectativas favoráveis e ânimo para investimentos privados em um país alicerça-se em políticas públicas eficazes que respeitam compromissos ambientais assumidos e que buscam construir uma ambiência institucional estável e social mais justa.

“Deve-se deixar claro que o aumento do endividamento público é um fenômeno global, não apenas restrito ao Brasil, e que não existe evidência na literatura econômica nem na experiência internacional sobre a existência de um limite máximo para a relação dívida pública/PIB. Com efeito, países como a Itália e a Espanha, que não possuem dívida pública denominada na sua própria moeda, deverão ultrapassar, respectivamente, a marca de 150% e 120% do PIB para o endividamento público em 2020.

“O Brasil possui uma grande vantagem com respeito a esses países, pois quase 100% da dívida pública brasileira é denominada em moeda nacional e é retida principalmente por residentes no Brasil. Um cenário de fuga de capital, por medo de uma eventual crise de confiança na sustentabilidade da dívida pública, é altamente improvável em nosso país, senão impossível. E mesmo que ocorresse, o Banco Central do Brasil possui os instrumentos necessários para lidar com essa eventualidade.

“Isso posto, os economistas e profissionais que trabalham com economia abaixo assinados vem por meio desta se manifestar publicamente pela extinção da Emenda Constitucional nº95, dada a necessidade de se retirar as restrições autoimpostas aos gastos de investimento e demais despesas obrigatórias da União pelo teto de gastos.

“A pandemia reforçou a necessidade de um pacto social mais harmônico. No Brasil, além de uma urgente reforma tributária progressiva, é imprescindível substituir o conjunto de regras fiscais atrasadas, sobrepostas e anacrônicas. Precisamos de novos instrumentos fiscais que permitam uma estabilização do ciclo econômico, viabilizem o aumento dos investimentos públicos e garantam as políticas de transferência de renda e a prestação de serviços públicos de qualidade.”

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovo@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br



Antonio Cruz/Agência Brasil

Ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro Moro: “causa estranheza, governo iniciou dossiê no dia da minha saída do cargo”

O ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, rebateu em nota que o dossiê fascista contra 579 servidores tenha sido feito em sua gestão, como insinuaram os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes durante o julgamento em que por 9 a 1 os ministros decidiram suspender qualquer ação de arapongagem do governo contra os cidadãos.

Leia a nota de Moro: *“O ex-ministro Sérgio Moro desconhece qualquer relatório de inteligência sobre movimentos antifascistas produzido durante a sua gestão. O relatório divulgado na imprensa seria de junho de 2020 e teria sido requisitado após a sua saída do Ministério. Causa estranheza a suposta requisição de um relatório, justamente no dia 24 de abril, dia em que Sérgio Moro deixou o governo. O trabalho do ex-ministro sempre foi pautado pela legalidade, ética e respeito à Constituição Federal.”*

No julgamento, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), confirmou que o dossiê contra os críticos do governo e líderes de movimentos pela democracia foi iniciado em 24 de abril – data em que Moro pediu demissão.

Fachin demonstrou que a Secretaria de Operações Integradas (Seopi) do Ministério da Justiça enviou, em 24 de abril, um pedido de informações à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro para obter dados sobre os movimentos de policiais antifascistas naquele Estado.

Segundo o Estadão, foram solicitados detalhes como o nível de adesão por categoria, as pautas reivindicatórias e as vinculações políticas dos policiais associados ao movimento.

Ao contrário de Fachin, o ministro Gilmar Mendes, em seu voto, disse que o monitoramento de cidadãos contrários a Jair Bolsonaro parece anterior à atual gestão.

“A produção desses relatórios tem ocorrido, durante grande parte do tempo, em instalação deste atual governo e não se trata apenas de atos praticados na atual gestão da pasta da Justiça”, disse.

Dias Toffoli também bajulou André Mendonça, que sucedeu Moro na pasta, e disse que não se pode “fazer injustiças com pessoas que dedicam a vida pública ao Estado brasileira de maneira correta”.

“Há muitas pessoas que, às vezes, aparecem na imprensa bem na foto, mas são péssimas na vida pública e nas vidas que elas têm, criando fundos para administrarem, criando inimigos políticos para depois serem candidatos, e afastando as pessoas da vida pública e querendo galgar depois eleições futuras”, insinuou Toffoli.

Flávio Dino: ‘reduzir auxílio é tirar comida da mesa das famílias em plena recessão’

O governo Bolsonaro pretende reduzir o auxílio emergencial pago aos trabalhadores informais e desempregados pela metade, segundo afirmação do vice-líder do governo, senador Chico Rodrigues (DEM-RR), nesta quinta-feira (20). Essa é a condição imposta pela equipe econômica de Paulo Guedes para que o benefício continue até dezembro.

“Esse benefício emergencial terá o valor de R\$ 300. Essa foi uma definição junto à equipe econômica do presidente Bolsonaro por entender que é um valor que vai continuar ajudando todos aqueles que estão passando por essa crise e que necessitam de um braço amigo, de uma força maior do governo federal”, declarou o senador ao falar sobre a redução do benefício.

O governo Bolsonaro, desde o início das discussões sobre o auxílio emergencial, estabelecido através da Medida Provisória 936/2020, defendeu que o benefício fosse no máximo R\$200, sendo derrotado em votação no Congresso Nacional.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, afirmou ser absolutamente contrário à proposta do governo federal de cortar o auxílio emergencial, em sua conta no Twitter. Ele denuncia que ao cortar o auxílio, que tem garantindo o mínimo a muitas famílias brasileiras, o governo vai tirar “comida das mesas das famílias, em plena



Gov. do Maranhão

Por que Michelle recebeu R\$ 89 mil de Queiroz e Márcia?



Reprodução

Queiroz e sua esposa fizeram depósitos de R\$ 89 mil na conta de Michelle

Flávio desviou R\$ 442 mil de vale-refeição de fantasmas para família Fabrício Queiroz

O senador Flávio Bolsonaro pagou ao menos R\$ 442,8 mil em auxílio-alimentação ao ex-assessor Fabrício Queiroz e familiares na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), segundo informações obtidas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

O Ministério Público do Rio suspeita que esses recursos vinham dos ex-assessores eram funcionários fantasmas. Além do próprio Quei-

roz, receberam auxílio-alimentação sua mulher, Márcia Aguiar, que também está em prisão domiciliar pelo esquema de corrupção, suas filhas, Nathália e Evelyn, e a enteada, Evelyn Mayara.

Em alguns meses, segundo O Globo, foram depositados R\$2.740,50 só de benefício, valor que se somava à remuneração de Queiroz. Segundo o MP, Queiroz e a esposa fraudaram documentos para

esconder a união estável e receber, junto a Alerj, benefícios que não teriam direito se fossem casados.

Um dos benefícios foi o auxílio-educação para custear os estudos dos filhos. Naquele período, só era permitida a concessão do benefício a três filhos por casal. Como ambos tinham seis filhos, ocultaram a união estável e registraram endereços diferentes para receber o dinheiro para os seis.

Senadores exigem convocação de Paulo Guedes para se explicar por ofensa ao Senado

Senadores que apoiam e que reprovam o governo Bolsonaro querem que o ministro da Economia, Paulo Guedes, dê satisfações sobre a declaração de que o Senado Federal teria cometido um “crime contra o país” ao derrubar o veto de Jair Bolsonaro que impede o reajuste no salário dos servidores da área da saúde até 2021.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou um requerimento para que Guedes dê explicações aos parlamentares. O requerimento deve ser votado na terça-feira (25).

Na quarta-feira (19), os senadores votaram pela derrubada do veto feito por Jair Bolsonaro que impedia o reajuste salarial de profissionais da Saúde, Educação e Segurança, setores que estão na linha de frente no combate à pandemia. Paulo Guedes atacou o Senado e acusou os senadores de estarem cometendo um “crime contra o país”.

Mais tarde, ainda na quinta, os deputados federais votaram por manter o veto.

Os senadores se reuniram virtualmente para discutir o ataque feito por Paulo Guedes. O senador Esperidião Amin (PP-SC) disse que apoia convocar Guedes a prestar satisfação “porque nenhum ministro de estado tem o direito de julgar uma decisão do Senado. Como assim, um crime?”.

“Nós queremos que ele esclareça o conteúdo da sua frase que o Senado cometeu crime contra o país”. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-líder do governo no Casa, apoiou.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), tentou convencer os presentes de que “não houve ofensa”.

Esperidião rebateu dizendo que a “ofensa foi propagada em todo o país. Estamos reagindo civilizadamente a um terrorismo. Fernando, nós respeitamos você, mas isso é terrorismo”. Daniella Ribeiro, líder do PP no Senado, também se sentiu ofendida por Guedes. “O Palácio me ligou dizendo que eu tinha traído o Palácio. Ele não pode negar, Fernando. Chegou a hora de a gente se posicionar”.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também afirma que “ofensa houve”.

Para Alvaro Dias, líder do Podemos, “mais que convocação, precisa ter manifestação do presidente do Senado. A instituição foi atacada. É importante o presidente Davi Alcolumbre faça em defesa da instituição”.

Ex-aliado de Jair Bolsonaro, o senador Major Olímpio (PSL-SP) fez diversas publicações nas redes sociais acusando Jair Bolsonaro de ter conseguido manter o veto na Câmara a partir da liberação de emendas parlamentares.

“É vergonhoso. Bol-

sonaro mandou desembolsar R\$ 4 bilhões para os deputados manterem o veto dele”, denunciou.

Olímpio também acredita que Paulo Guedes fez chantagem com sua argumentação de que os reajustes poderiam causar um rombo de R\$ 120 bilhões no país.

“Estou desafiando economistas e o Paulo Guedes [a mostrarem] de onde está a previsão de R\$ 120 bilhões de gastos se nenhum município vai fazer a revisão de salário”.

“É uma tremenda balela”, disse.

“O ministro acusa de crime [o Senado ter derrubado o veto]? Crime é o governo oferecer aos senadores R\$ 30 bilhões para destinar onde quisesse. Isso é crime praticado”.

A impossibilidade de reajuste para os servidores públicos, explica Major Olímpio, significará “19 meses de contagem de tempo de trabalho jogados fora”. Isso é culpa de quem “está fechado com Bolsonaro”, continuou.

“Aqueles que têm dignidade, que prezam sua família, sua profissão, pensam exatamente no que está acontecendo. É lamentável”.

Bolsonaro ameaça retaliar senadores aliados do governo que votaram pela derrubada do seu veto contra os profissionais de saúde e de segurança. Entre eles está o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-líder do governo no Casa.

STF barra por 9 a 1 dossiê criminoso do governo contra 579 servidores

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 9 a 1 suspender o dossiê do governo contra 579 servidores, entre os quais policiais e professores.

O Ministério da Justiça, através da Secretaria de Operações Integradas (Seopi), produziu ilegalmente uma lista com informações sobre 579 pessoas defensoras da democracia e críticas da insanidade de Jair Bolsonaro.

Entre os bisbilhotados pelo governo estão integrantes do grupo “Policiais Antifascismo” e o professor da USP, Paulo Sérgio Pinheiro, um dos fundadores do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Paulo Sérgio Pi-

nheiro é considerado e reconhecido por autoridades e organizações nacionais e internacionais como um dos grandes nomes da história dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo, tanto por sua atuação acadêmica, quanto por sua trajetória de atuação política.

Foi Secretário Nacional de Direitos Humanos, membro da Comissão Nacional da Verdade e professor titular da Universidade de São Paulo, além de ter lecionado na Brown University, Columbia University, Notre Dame University, Oxford University e École des Hautes Études en Sciences Sociales.

O julgamento da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

722, movida pelo partido Rede Sustentabilidade, começou na quarta-feira (19), com o voto da ministra Cármen Lúcia, relatora do caso.

A ministra argumentou que “todos, inclusive o Estado, têm que estar submetidos aos limites da Constituição”. Ela questionou a argumentação do ministro da Justiça, André Mendonça, que, de início, negou a existência do documento, e depois disse que não solicitou a elaboração do dossiê. A ministra achou estranho o chefe da pasta apontar que não sabia da iniciativa de bisbilhotagem e, ao mesmo tempo, afastar o responsável pelo órgão que fez o dossiê.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Jornalistas e personalidades de todo o país estão se solidarizando com o repórter ameaçado e agora também querem saber “por que Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta da primeira-dama”

A pergunta feita pelo repórter do jornal O Globo, “presidente, por que Michelle recebeu R\$ 89 mil de Queiroz e esposa?” viralizou nas redes sociais, depois que Bolsonaro respondeu, ameaçando o jornalista, “minha vontade é encher tua boca com uma porrada, tá, seu safado”.

O repórter se referia à revelação de depósitos em cheque feitos pelo PM aposentado e ex-assessor Fabrício Queiroz e pela mulher dele, Márcia Aguiar, na conta bancária da primeira-dama Michelle Bolsonaro. Entre 2011 e 2013 Queiroz depositou cheques de R\$ 3 mil regularmente na conta da primeira-dama.

Depois dessa reação destemperada de Bolsonaro, o país inteiro agora quer saber por que Michelle Bolsonaro recebeu R\$ 89 mil do ex-PM amigo do presidente e ex-assessor de Flávio Bolsonaro. Centenas de jornalistas em todo o Brasil estão fazendo a mesma pergunta: “Presidente Jair Bolsonaro, por que sua esposa Michelle recebeu R\$ 89 mil de Fabrício Queiroz?” Esta agora é a pergunta que não quer calar.

Após a ameaça de Bolsonaro ao jornalista que fez a pergunta, os repórteres questionaram: “Isso é uma ameaça presidente?”. Bolsonaro não respondeu e deixou o local. Ele seguiu para o Palácio da Alvorada, mas os jornalistas foram proibidos pelos seguranças de seguir para o espaço reservado à imprensa na entrada na residência oficial do presidente da República. O jornal O Globo lançou uma nota repudiando a ameaça feita ao seu repórter.

Queiroz e Flávio Bolsonaro, filho mais velho do presidente, são investigados pelo Ministério Público do Rio por um esquema de lavagem de dinheiro montado em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A prática envolve a devolução de parte dos salários por funcionários fantasmas.

A investigação foi deflagrada pouco após a eleição de Bolsonaro à Presidência da República e de Flávio ao Senado a partir de relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) que identificou movimentações suspeitas de 74 servidores e ex-servidores da Alerj.

Entre elas, constava a “movimentação atípica” de R\$ 1,2 milhão em uma conta no nome de Queiroz entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Quando se analisa o período que vai de 2014 a 2017, esse valor chega a

Maia critica Bolsonaro por ameaçar repórter: ‘liberdade de imprensa é valor inegociável’

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que “a liberdade de imprensa é um valor inegociável na democracia” e que espera que Bolsonaro “retome a postura mais moderada que vinha mantendo nos últimos 66 dias”.

No domingo (23), quando foi questionado “por que Michelle [Bolsonaro] recebeu R\$ 89 mil de Queiroz e esposa?”, Jair Bolsonaro não respondeu e ameaçou o jornalista. “Minha vontade é encher tua boca com uma porrada, tá, seu safado”, disse o presidente.

Depois da agressão verbal de Jair Bolsonaro contra o jornalista, uma campanha na internet começou a perguntar “Presidente Jair Bolsonaro, por que sua esposa Michelle recebeu R\$ 89 mil de Fabrício Queiroz?”.

O senador Major Olímpio (PSL-SP), que já foi apoiador do governo Bolsonaro, disse que “gostaria de perguntar olhando nos seus olhos”. “Se o Bolsonaro de 2018 que não tinha acordo, nem conversa com bandido e não admitia safadeza, se encontrasse com o Bolsonaro de hoje, será que daria porrada?”.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, entende que “a liberdade de imprensa é uma das bases da democracia. É inadmissível censurar jornalistas pelo mero descontentamento com o conteúdo veiculado”.

Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), “superamos a ditadura, somos uma democracia e Bolsonaro tem que respeitar os direitos adquiridos”.

“O medo” de Bolsonaro “de responder” sobre o dinheiro na conta de sua esposa “é tão grande que Bolsonaro quer silenciar quem o fiscaliza de toda forma... Ele vai dizer o mesmo à Justiça?”.

O deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ) acredita que

R\$ 7 milhões. Segundo o Coaf, as movimentações bancárias seriam “incompatíveis com a atividade econômica” de Queiroz e grande parte delas eram feitas em dinheiro.

Entre as transações, foi identificado um cheque no valor de R\$ 24 mil favorecendo a então futura primeira-dama Michelle Bolsonaro. A época, Bolsonaro afirmou que o cheque era parte de uma dívida de R\$ 40 mil que o ex-assessor tinha com ele. O dinheiro não foi declarado em seu Imposto de Renda. Neste mês, após as quebras de sigilo bancário dos envolvidos, reportagem da revista Crusoe revelou que Queiroz fez outros depósitos em cheque na conta de Michelle.

Ao todo, o ex-assessor Queiroz e a mulher dele, Márcia Aguiar, repassaram R\$ 89 mil para a conta de Michelle Bolsonaro entre 2011 e 2016. Foram R\$ 72 mil depositados por Queiroz e R\$ 17 mil depositados por sua mulher, Márcia Oliveira.

Nota do jornal O GLOBO sobre o ataque do presidente Jair Bolsonaro a um de seus repórteres:

“O GLOBO repudia a agressão do presidente Jair Bolsonaro a um repórter do jornal que apenas exercia sua função, de forma totalmente profissional, neste domingo.

Em cobertura de compromisso público do presidente, o repórter solicitou que ele se pronunciasse sobre reportagens da revista Crusoe e do jornal Folha de S.Paulo que, no início deste mês, informaram que o ex-assessor de Flávio Bolsonaro Fabrício Queiroz e a mulher dele depositaram cheques no valor de R\$ 89 mil na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Anteriormente, o presidente havia prestado uma informação diferente sobre os valores.

Bolsonaro, então, em manifestação que foi gravada, não respondeu à pergunta e afirmou a vontade de agredir fisicamente o repórter.

Tal intimidação mostra que Jair Bolsonaro desconsidera o dever de qualquer servidor público, não importa o cargo, de prestar contas à população.

Durante os governos de todos os presidentes, o GLOBO não se furtou a fazer as perguntas necessárias para cumprir o papel maior da imprensa, que é informar os cidadãos. E continuará a fazer as perguntas que precisam ser feitas, neste e em todos os governos.”

Bolsonaro tenha cometido, com a resposta dada ao jornalista, “os crimes de injúria e de ameaça”.

“Sem liberdade de imprensa, não há democracia. Ao invés de tentar calar jornalistas com ofensas e ameaças, Bolsonaro faria melhor se tentasse explicar por que Queiroz depositou na conta da primeira-dama R\$ 89 mil”.

“Além disso, Bolsonaro tenta esconder o que aos poucos está vindo à tona: seu envolvimento num esquema criminoso”.

O ex-presidente do NOVO, João Amoedo, publicou que espera “que todos os mandatários e futuros candidatos do NOVO questionem o presidente, em especial os mais ativos nas redes. Esse é o papel daqueles que desejam um País onde todos são iguais perante a lei”.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) acredita ser “impossível existir moderação em um brucutu, filhote da ditadura, acostumado a enfrentar adversários ao modo das milícias”.

O ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (PDT), afirmou que “Bolsonaro, além de corrupto, desonesto, ligado às milícias, também é covarde!”.

“Responda, covarde! ‘E os depósitos que o Queiroz fez na conta da sua mulher, Bolsonaro?’”.

O MDB pediu que Jair Bolsonaro se retrate e defendeu a liberdade de imprensa. O PSDB disse que Bolsonaro “volta a mostrar apreço por posturas agressivas e antide-mocráticas”.

O presidente do Cidadania23, Roberto Freire, também criticou a agressão. “Como existem perguntas incômodas e reveladoras sem resposta de Bolsonaro. Bolsonaro responda e, por favor, sem agredir!”.

“Bolsonaro não tem resposta honesta sobre os R\$ 89 mil que Queiroz depositou na conta de Michelle”, avaliou.

Governo quer zerar repasse de verbas para pesquisas do Inpe

Cortes propostos por Bolsonaro são mais uma tentativa de desmonte do Inpe após a denúncia dos aumentos dos índices de desmatamento no país

Agência Espacial Brasileira decidiu cortar o repasse de verbas para pesquisas, desenvolvimento e capital humano do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para 2021. O orçamento do Inpe é informativo através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pela Agência Espacial Brasileira (AEB). Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 o Inpe chamada R \$ 118,2 milhões, para o próximo ano o PLOA prevê R \$ 79,7 milhões, um corte de cerca de 33%.

O corte na verba do INPE acontece num momento em que os índices de desmatamento da Amazônia batem recorde atrás de recorde. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, o aumento foi de 34%.

A dotação que vem do MCTI sofreu um corte de 14%, de R \$ 54,6 milhões em 2020 para R \$ 46,9 milhões em 2021, por parte da AEB o corte foi 49%, de R \$ 63,6 milhões em 2020 para R \$ 32,7 milhões em 2021, o que provoca uma atenção especial para o desequilíbrio dos cortes.

Os recursos recursos sem orçamento como “Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação de capital humano para o setor espacial” financiavam a infraestrutura, como: aquisição de materiais, equipamentos laboratoriais, acesso a publicações científicas e isso viabiliza a condução de pesquisas científicas e o desenvolvimento de inovações tecnológicas dentro do Inpe.

Esse setor vestida, em 2020, R \$ 4,7 milhões. Os departamentos do Inpe inicial pedido R \$ 5,7 milhões para o ano de 2021 e não pretendem receber nada. Outra divisão que teve o mesmo problema foi o desenvolvimento e lançamento de satélites científicos, que foi admitida R \$ 1,3 milhão em 2020 e para o qual o instituto gostaria de ter, em 2021, R \$ 29,4 milhões e que também não receberá nenhum valor.

O coordenador-geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas, Clezio Marcos de Nardin, apresentou moção de apoio à direção para esse esforço: “a Agência Espacial Brasileira (AEB) decidiu, unilateralmente, zerar o orçamento destinado aos Planos Orçamentários de Pesquisa e Desenvolvimento Científicos realizados neste instituto. Isto (...) significa dizer que Pesquisa Espacial não tem importância nenhuma em um instituto que leva em seu nome a palavra ‘Pesquisas’, subordinado a um Ministério que tem por oficial realizar e fomentar ‘Ciências’, o MCTI.

De Nardin, enfatiza que enfrentamento da pandemia, entende a necessidade de cortes, mas que zerar as verbas é inaceitável. “Aceitaremos reduzir nossos recursos na mesma proporção que

o MCTI impôs a todas as Ups [unidades de pesquisa] para que o país se recupere o mais breve possível, mas não podemos trabalhar com ZERO de recursos!”

DECISÃO REVOLTA PESQUISADORES

A decisão da AEB em zerar o orçamento para o Inpe, previsto no PLOA 2021, revoltou pesquisadores que decidiram se manifestar anonimamente ao portal UOL.

De acordo com as fontes, com a decisão, faltarão recursos para manutenção de equipamentos básicos no órgão. “Até mesmo se um computador quebrar ou se precisarmos repor peça de equipamento de TI [tecnologia da informação] ou de laboratório, não poderemos fazer nada. Verba zero”, afirmou um pesquisador.

Na avaliação dos pesquisadores, a previsão de orçamento zero deve fazer com que a área de pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no Brasil sejam negligenciadas, em meio ao enfrentamento do governo Jair Bolsonaro com o Inpe.

“Não sabemos o que virá depois. Pode ser o fechamento destas áreas no Inpe com remanejamento de pessoal para outras instruções, por exemplo”, disse um dos pesquisadores.

Sem as verbas o Inpe poderia deixar de ser um centro de pesquisa e desenvolvimento e se transformaria apenas em um prestador de serviços do governo. “O Inpe seria apenas um prestador de serviços e produtos. Previsão do tempo, imagens de satélites para monitorar queimadas e desflorestamento, mas sem precisar fazer pesquisas sobre desenvolvimento tecnológico futuro”, disse um dos pesquisadores ouvidos.

DESMONTE

Os cortes que o governo Bolsonaro tenta implementar são mais um passo no desmonte da ciência no país e, em especial, no Inpe. Em dezembro, o ex-diretor do organismo Ricardo Galvão se desligou do cargo por contestar publicamente o presidente Jair Bolsonaro a respeito do avanço das queimadas na Amazônia.

Já em 2020, o governo anunciou uma “reformulação” no Instituto, demitindo uma coordenadora-geral de Observação da Terra, Lúbia Vinhas, logo depois da divulgação de dados que aumentam o aumento do desmatamento da Amazônia.

“Eu não sei se é com má intenção, mas de qualquer jeito, o que posso dizer mais fortemente, foi um erro crasso. Com toda essa pressão que o Brasil está sofrendo, com o prestígio que o Inpe tem no exterior, parece que esse governo não entende quais são as partes importantes na ciência brasileira”, disse Ricardo Galvão sobre a demissão de Lúbia.

MP aponta Flordelis como a mentora da morte do marido; cinco filhos e neta são presos

Nesta segunda-feira(24), a Polícia Civil do Rio de Janeiro apontou a deputada federal Flordelis dos Santos de Souza (PSD) como a mandante do assassinato a tiros, do marido, o pastor Anderson do Carmo. O caso ocorreu em junho do ano passado e teve envolvimento de cinco dos 55 filhos do casal.

Equipes da Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá (DHNSGI) e do Ministério Público Estadual do Rio prenderam sete envolvidos no assassinato. Cinco filhos do casal e uma neta foram presos. Flordelis chorou na chegada da polícia à sua casa, Niterói, na Região Metropolitana. A deputada não pôde ser presa na operação por ter foro privilegiado.

O plano, segundo as investigações, começou em maio de 2018, com um envenenamento em doses por arsênico ou cianeto, e terminou com a execução. O pastor foi morto com mais de 30 tiros em 16 de junho de 2019, na porta de casa. “Flordelis, além de arquitetar todo esse plano, financiou a compra dessa arma, convenceu pessoas a realizar esse crime, avisou sobre a chegada da vítima ao local e tentou ocultar provas. Não resta a menor dúvida de que ela foi a autora intelectual, a grande cabeça desse crime”, afirmou o delegado Allan Duarte.

A deputada, segundo uma das interceptações da investigação, teria dito que não poderia se separar de Anderson.

“Quando ela fala com um dos filhos sobre os planos de matar An-

derson, ela disse: ‘Fazer o quê? Se eu separar dele, vou escandalizar o nome de Deus’”, afirmou o promotor Sérgio Luiz Lopes Pereira, do Grupo de Atuação Especializada e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público.

Segundo o MPJRJ, Flordelis também foi denunciada por associação criminosa, feita para matar o pastor Anderson.

“Uma associação criminosa que começou para matar por envenenamento, depois por arma de fogo, e por último para fraudar as investigações, com uso de contrainformações”, finalizou o promotor.

Inicialmente descrito como um suposto assalto à casa da família em Niterói, na Região Metropolitana do Rio, desenrola-se numa elaborada trama, envolvendo suspeitas de traição, briga por dinheiro, envenenamento, destruição de provas e mais elementos até a ação de hoje para o cumprimento de nove mandatos de prisão.

O Ministério Público, na denúncia contra os dois filhos de Flordelis – Lucas e Flávio –, afirma que uma das motivações para o crime foi o “descontentamento com a forma como a vítima controlava as finanças” da casa. O próprio Flávio afirmou, em depoimento, desconfiar que Anderson estava dando “volta financeira” na mãe. Misael também deu um depoimento no mesmo sentido e afirmou que a mãe estava descontente com a questão financeira e achando que Anderson estava “dando a volta nela”.



Desmatamento na Amazônia aumentou 34% entre agosto de 2019 e julho de 2020

Inaugurado por Bolsonaro, duto de obra da transposição do S. Francisco se rompe

Moradores da região de Jati, no Ceará, foram evacuados do local na madrugada deste sábado (22) após rompimento de uma das redes de tubulação de uma barragem na noite de sexta-feira, 21. Uma estrutura foi construída para receber águas da Transposição do rio São Francisco e abastecer o Ceará.

Cerca de 2 mil pessoas foram retiradas de suas casas em um raio de dois milhas ao redor do reservatório.

A evacuação foi confirmada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A pasta frisou que o vazamento já foi solucionado e que a evacuação ocorre de forma preventiva, “zelando pela preservação de vidas em primeiro lugar”, diz a nota do órgão.

O trecho da transposição no sertão cearense em 26 de junho por Jair Bolsonaro e seu ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Principal motivo da evacuação é um problema de avaliação técnica do local do rompimento de um dos condutos da barragem, bem como da represa em si. Um fator que estaria agravando a dificuldade de um parecer técnico local seria a falta de iluminação adequada, conforme pontuou o MDR.



Mais de 2 mil famílias foram evacuadas da região

Segundo a massa, os moradores estão sendo comunicados da necessidade de se retirar do local por meio de carros de som que percorrem as vias da cidade. Profissionais da Defesa Civil e trabalhadores da empresa que gerencia a barragem foram convocados para ajudar na divulgação do alerta, visitando a residência por residência.

As famílias ganharam auxílio para se deslocarem em direção a hotéis, pousadas e lugares na região ou para irem até a casa de parentes e amigos que mais afastados da barragem, segundo informou o MDR. A situação deve se manter “até que sejam feitas todas as avaliações técnicas das estruturas do reservatório”, pontuou o ministério.

A evacuação ocorre horas após o próprio Ministério do

Desenvolvimento Regional anunciar que engenheiros da obra e técnicos da Defesa Civil de Jati terem pontuado que o vazamento não teria gerado qualquer risco de rompimento da barragem. A ocorrência de ruptura um dia após a comporta do reservatório Jati, no Interior do Ceará, será acionada para liberar as águas do São Francisco para o abastecimento do Estado.

O estouro da tubulação ocorrida após falha em uma das gotas d’água que controlam as comportas de vazão do reservatório. Com o vazamento, o sistema elétrico da barragem ficou comprometido e foi necessário a instalação de um gerador para garantir que a comporta fosse fechada, interrompendo o vazamento.

Transferimos a menina para Pernambuco para preservá-la, diz secretário da Saúde capixaba

O secretário de Saúde do Espírito Santo, Nésio Fernandes, revelou que decidiu organizar a transferência para Pernambuco da menina de 10 anos estuprada pelo tio após quase todos os profissionais de São Mateus, tentaram desencorajar a criança de interromper a gestação.

Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, o secretário disse que um obstetra do município avaliou que a menina poderia parir.

“Recebi a avaliação do obstetra do município dizendo que a criança tem pelve de 13 anos e que, por isso, podia parir. Coisa horrorosa. Naquele momento, determinei que a Superintendência Regional de Saúde providenciasse a imediata transferência da criança para a referência estadual do Hospital das Clínicas, o que ocorreu na sexta-feira e, no sábado, ela foi avaliada. Com a negativa da realização do procedimento, a gente conseguiu que o serviço em Pernambuco a atendesse no dia seguinte”, relatou em entrevista à Folha de S. Paulo.

“Ela foi muito determinada, ela e a avó tiveram o tempo inteiro que se determinar a essa decisão para poder garantir o respeito à decisão delas”, prosseguiu.

Para ele, a maior dificuldade enfrentada pela menina foi a religiosidade e pouca tolerância dos envolvidos. “É muito comum que a abordagem nos serviços ambulatoriais municipais, e as condutas sejam conservadoras”, disse.

“Mais da metade dos conselhos tutelares são compostos por conselheiros fundamentalistas, religiosos. Quando um médico faz um diagnóstico de um estupro, de uma violência, de uma gravidez em uma menor, a obrigação dele, no mesmo momento, é chamar o conselho tutelar e as forças



Conselheiros tentaram impedir o procedimento

policiais”, explicou Nésio que continuou: “Então, é o conselho tutelar quem conduz nesses casos. Como existe uma concepção dos conselheiros contra o aborto, em geral, a condução desses casos é feita de maneira que, na prática, a idade gestacional seja protelada para que não reste opção do aborto no tempo adequado”.

Além de médico, Nésio é evangélico da Igreja Batista, mas alega que valores moralistas não podem ser um impedimento de acesso aos direitos.

“O Estado vai ser mais justo quando a gente puder superar a hipocrisia de que crianças pobres precisam suportar a dor e a marca da violência ao longo de suas vidas, enquanto vítimas das classes média e alta conseguem ter acesso a serviços e a reparações”, opinou.

Apesar da recusa do hospital do Espírito Santo, o secretário defendeu que ainda não há a estrutura adequada para tal procedimento e, caso a criança tivesse abortado no estado, ela poderia ter sido colocada em risco.

“Se ela tivesse feito o aborto no Hospital das Clínicas de Vitória sem o devido protocolo, sem equipe preparada, sem capacidade de fazer todas as etapas da indução,

da antecipação de parto com mais de 22 semanas, poderia ter incrementado o risco à criança”, defendeu.

“A opção de transferi-la para Pernambuco foi o que garantiu a ela a melhor opção terapêutica. Então, a tradução da recusa do Hospital das Clínicas precisa ser muito bem cuidada para a gente não cometer injustiça, porque, se tivessem realizado o aborto no hospital, talvez não teria tido o mesmo desfecho, porque existem etapas do processo de antecipação do parto que não teriam sido realizadas e poderiam gerar uma polêmica muito maior”, explicou, ao dizer que ainda não há especialistas em medicina fetal na rede pública e privada do Espírito Santo.

O secretário afirma que “o Estado conseguiu responder de maneira muito rápida a um assunto que poderia ter um desfecho catastrófico do ponto de vista da resposta do Sistema Único de Saúde a uma situação de violência monstruosa. O itinerário socioterapêutico da paciente revelou muitas insuficiências do sistema de proteção, mas também revelou que, quando os gestores querem resolver um problema, conseguem”.



Lei pretendia censurar professores

STF: versão alagoana do Escola Sem Partido é inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional uma lei estadual de Alagoas semelhante ao projeto Escola sem Partido que pretende censurar professores nas escolas. Foram nove votos contra a lei e somente um a favor.

Batizada de “Escola Livre”, a legislação alagoana proíbe a “prática de doutrinação política e ideológica” em sala de aula e afirma ser um direito dos pais que seus filhos recebam uma “educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica”. A lei estava suspensa desde março de 2017 por uma liminar do ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo. Após debates, a ação direta de inconstitucionalidade, movida pelo PDT e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, passou a ser julgada nesta semana pelo plenário do STF.

Relator do processo, Barroso confirmou voto em definitivo pela inconstitucionalidade da lei estadual alagoana. Em seguida, oito ministros votaram pela invalidação da lei. O julgamento foi realizado no plenário virtual, sistema no qual os ministros postam os votos de forma remota e não há debate entre eles durante a votação.

Além de Barroso, votaram contra a lei de Alagoas os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Rosa Weber e Luiz Fux. O ministro Marco Aurélio votou de forma contrária à maioria.

DECISÃO

A decisão do caso terá validade apenas para o caso de Alagoas, mas a posição dos ministros indicará o entendimento do tribunal sobre esse tipo de legislação.

O esperado é que sejam adotadas decisões semelhantes contra leis do tipo que vierem a ser questionadas no STF.

No âmbito federal, há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que tenta implantar o Escola sem Partido. A proposta tem a simpatia de Jair Bolsonaro.

O STF já impôs uma série de derrotas a leis municipais inspiradas no Escola sem Partido que tratavam da proibição de o ensino escolar abordar temas relacionados a gênero e sexualidade. Mas a lei em julgamento, além de estadual, possui abrangência mais ampla ao citar a possibilidade de “doutrinação” de forma genérica e sem estar limitada a um tema específico.

Após pressão de Maia, ANS suspende aumentos nos planos de saúde

Os planos de saúde estão proibidos até o fim do ano de reajustar como mensalidades, deliberou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nesta sexta-feira, 21, em reunião extraordinária. A suspensão dos aumentos por 120 dias, de setembro a dezembro, foi aprovada por quatro votos favoráveis e uma abstenção.

Na quinta-feira, o presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia, disse que iria votar a votação de um projeto de lei para suspender o aumento das mensalidades em 2020 caso a ANS não tomasse a decisão. Segundo ele, reajustar um plano em 25% representa um desrespeito à sociedade em meio à pandemia do novo coronavírus.

Maia elogiou a decisão da ANS e afirmou que o diálogo com o Parlamento foi muito importante. “Também parabenoize o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que trouxe esse debate ao Senado, e a deputada Jandira Feghali (PCDoB projeto-RJ), que tem semelhante (PL 2230/20), além de outros deputados. Os brasileiros já estão enfrentando muitas dificuldades nesta pandemia e esta foi a melhor decisão a ser tomada”, afirmou Rodrigo Maia.

No Brasil, não há tabela de preços para planos de saúde. Na prática, as empresas cobram quanto querem e fica a carga da Agência Nacional abusos regulares. Apesar disso, essa é a primeira vez que o ANS interfere no reajuste dos planos coletivos com mais de 30 usuários, como contratos empresariais.

Estão congelados os preços de todos os tipos de planos: individuais, familiares e coletivos. A suspensão valerá tanto para os reajustes anuais como para os aumentos decorrentes de mudança de faixa etária dos planos de assistência médica e exclusivamente odontológica. Os aumentos concedidos até agora não serão revisados.

Em nota, a ANS informou que medidas futuras para reequilibrar os contratos e compensar o impacto da suspensão sobre as operadoras serão decididas em futura reunião, ainda sem dados. Somente na ocasião, a agência decidirá se os planos cobrar retroativamente os clientes a partir de janeiro.

Para os reajustes de planos individuais e familiares, não haverá anúncio nem permissão de reajuste em 2020. Isso porque o percentual máximo de reajuste, tradicionalmente definido entre maio e julho, não tinha sido divulgado. Os planos coletivos com menos de 30 participantes (empresariais e por adesão) tiveram os aumentos suspensos de setembro em dezembro, sem possibilidade de revisão de reajustes anteriores.

Divulgação



‘Falta de segurança nos frigoríficos não pode ser mantida’, afirma CNTA

Os trabalhadores dos frigoríficos estão preparando uma campanha nacional pela segurança dos funcionários dentro das unidades.

Desde o início da pandemia do coronavírus, uma série de denúncias vem relatando o descumprimento de medidas de segurança para os trabalhadores. No início de agosto, a Justiça do Trabalho chegou a interditar da unidade da JBS em Garibaldi (RS), em decorrência de irregularidades ligadas a normativas de prevenção contra a Covid-19.

De acordo com Artur Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação (CNTA-Afins), “estaremos junto com sindicatos e federações da categoria em uma campanha para exigir a testagem dos trabalhadores e exigir o cumprimento do distanciamento definidos pelos órgãos de Saúde”.

Segundo Artur, o objetivo é garantir que empresas e governo assumam uma ação junto às entidades representativas da categoria e o Ministério Público do Trabalho (MPT) para que se defina um protocolo possibilitando a manutenção da produção com segurança aos funcionários.

“O que não vamos permitir é que a coisas continuem como estão. Estamos com uma produção acelerada, igual ou até maior do que em uma situação normal, e para garantir essa segurança é necessário que se reduza o número de trabalhadores por turno. Isso é o que defendemos”, declarou Artur Bueno.

“Nosso objetivo é sensibilizar os donos de frigoríficos e o governo e abrir um espaço onde possamos discutir e criar esse protocolo. Isso para que os trabalhadores estejam em segurança, assim como seja garantida a segurança da sociedade em que estão inseridos”, destacou Artur.

Reprodução/EPTV



Empresa reduziu vale-alimentação, licença-maternidade e outros itens

Reprodução Viva Net



Mestre Nenê é reconhecido mundialmente por seu trabalho cultural

Com filho no colo, mestre de capoeira é agredido por policiais militares em SP

O mestre de capoeira Valdenir Alves dos Santos, conhecido como mestre Nenê, foi vítima de uma ação truculenta por parte de policiais militares na última quarta-feira, 19.

Em frente à sua casa, na região conhecida como Mangue, na Vila Madaleina, o mestre, junto com seu filho, de cinco anos, estava na calçada conversando com vizinhos, quando uma viatura o abordou de forma violenta.

Ao entrar em casa, mestre Nenê foi perseguido por policiais que o violentaram, empurrando-o no chão, com seu filho no colo. Após a criança ser retirada do local por amigos, os policiais seguiram com força desmedida para algemá-lo.

O motivo da abordagem foi a de o “confundiram” com um possível suspeito de roubo, por apresentar característica semelhante, a de ser negro.

Depois da “abordagem”, o mestre foi levado à 14ª Delegacia de Polícia de São Paulo, onde ficou nervoso e ainda tentaram dopá-lo. Posteriormente,

foi levado ao Instituto Médico Legal (IML) para exame de corpo de delito e abertura de inquérito.

REPÚDIO

A ação violenta da polícia contra o mestre foi amplamente repudiada por diversas lideranças da capoeira, entidades do movimento negro e cultural. Vídeos e mensagens exigindo uma retratação foram divulgados em diversas redes sociais.

“O mestre Nenê é conhecido mundialmente, aluno do saudoso mestre Ananias e um dos zeladores da roda da Praça da República. A capoeira é patrimônio imaterial da cultura brasileira, patrimônio imaterial da humanidade, está resguardada na Constituição e no Estatuto da Igualdade Racial. Está presente em mais de 200 países nos cinco continentes”, declarou Adegmar Candieiro, membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em vídeo na internet.

“O mínimo que esperamos é um pedido de desculpa oficial do secretário de Segurança Pública e do governador de São Paulo, João Doria. Uma retratação pública e uma investigação desses policiais. Afinal, o que motivou um PM a agir de forma truculenta contra um homem negro em frente à sua própria casa. O que a corporação tem a dizer sobre isso? A agressão foi contra o mestre Nenê, mas atinge a todos nós”, ressaltou.

O Instituto da Advocacia Negra Brasileira (IANB) também manifestou repúdio à ação da PM “em mais um caso evidente de racismo estrutural”. “Repudiamos todo e qualquer caso de violência policial e expressamos sinceras condolências ao Mestre Nenê e sua família, e se dispõe a ajudar no que for possível e pertinente”, afirma a entidade em nota.

Mestre Nenê, nascido no Mato Grosso, possui um trabalho cultural enraizado em São Paulo desde 1992, conhecido em todo o Brasil, com diversos trabalhos de cultura popular, capoeira angola, tambor de crioula e confecção de instrumentos artesanais.

Embraer anuncia novo plano de demissões que atingirá funcionários acima de 50 anos

A Embraer anunciou a abertura do terceiro PDV (Programa de Demissão Voluntária) na empresa, em menos de dois meses, em todas as unidades do país.

A proposta foi apresentada ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos na terça-feira (18). Na tarde desta quarta-feira, o sindicato convocou uma assembleia unificada na fábrica da Avenida Faria Lima para que os trabalhadores decidam sobre a proposta.

A empresa alega o impacto causado pela pandemia de coronavírus. Para o sindicato, no entanto, “estudos mostram que as dificuldades financeiras foram provocadas pelo acordo fracassado com a Boeing”.

De acordo com o sindicato, as perdas geradas pelo processo de venda

chegaram a R\$ 1,2 bilhão. Já as geradas pela pandemia ficaram em R\$ 83,7 milhões.

“Os trabalhadores não têm de pagar por erros cometidos pela direção da Embraer. O Sindicato é contra qualquer tipo de demissão, inclusive o PDV, mas a decisão final cabe aos trabalhadores”, afirma o diretor do Sindicato Herbert Claros.

Segundo informações da Embraer, neste terceiro PDV, os benefícios serão dobrados com relação aos dois anteriores. A medida será ampliada para os trabalhadores com 50 anos ou mais. O PDV anterior foi destinado aos trabalhadores com 55 anos ou mais. Também serão elegíveis os aposentados por tempo de serviço e os profissionais que permanecem em licença remunerada.

Volks propõe demissão de 5 mil e revisão de acordos

A Volkswagen anunciou que pretende demitir cerca de 5 mil trabalhadores das unidades de São Bernardo do Campo, São Carlos e Taubaté, em São Paulo, e da fábrica de São José dos Pinhais, no Paraná. São 35% dos 14,7 mil trabalhadores dessas fábricas.

Na quarta-feira (19), a montadora se reuniu com os sindicatos de metalúrgicos das regiões para negociar as dispensas.

“Vamos tentar nas mesas de negociação buscar alternativas para que não haja demissões para dar segurança aos trabalhadores”, disse Claudio Batista da Silva Júnior, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté.

Os cortes englobam também trabalhadores mensalistas, horistas e, inclusive, terceirizados, segundo os sindicatos.

A montadora informa que na negociação está a “revisão” de acordos vigentes e que o motivo para as demissões é a “adequação do número de empregados ao nível atual de produção, com foco na sustentabilidade de

suas operações no cenário econômico atual, muito impactado pela pandemia do novo coronavírus”.

Além das demissões, os sindicatos também informaram que a Volkswagen quer flexibilizar a jornada de trabalho, cortar os reajustes de salários, reduzir o pagamento de participação de lucros e resultados (PLR) e mudar benefícios como vale-transporte, vale-alimentação e plano médico.

Segundo a multinacional, essa adequação, inclui continuar com o lay-off (suspensão de contratos) e o PPE (Programa de Proteção ao Emprego), mas com corte maior dos salários e menor participação na parte que lhe cabe da complementação salarial. No momento a empresa tem 8,4 mil funcionários em PPE, com jornada e salários reduzidos em 20%, e 610 em lay-off.

Mesmo com a queda nas vendas de veículos, a Volkswagen foi a que apresentou melhor desempenho no setor em julho, com a venda de 31,4 mil veículos.

STF mantém corte de direitos dos trabalhadores dos Correios

Decisão, contrária ao TST, reduz acordo coletivo e retira benefícios da categoria

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a decisão do presidente, ministro Dias Toffoli, suspendendo a validade de dois anos do acordo coletivo dos trabalhadores dos Correios em sessão virtual na sexta-feira (21).

Com a decisão, contrária à definição do Tribunal Superior do Trabalho, que havia validado o acordo coletivo pelo prazo de dois anos, ficam mantidos os cortes de benefícios e cláusulas, antes conquistados pela categoria, que aprovou continuidade da greve em assembleia, no sábado, 22.

A decisão impõe ainda a necessidade de uma nova discussão sobre o acordo coletivo que passará a valer daqui para frente, uma vez que a data-base da categoria é no mês de agosto. Contudo, a diretoria da empresa e o governo federal não sinalizaram para uma discussão sobre um novo acordo. Pelo contrário, demonstram que não terá discussão com o objetivo de atender as demandas dos trabalhadores que atualmente são linha de frente na manutenção da economia, nesse momento de crise sanitária.

“Sem uma greve total não haverá negociação. E toda a categoria vai perder quase metade dos rendimentos”, afirmou em nota a Federação Interestadual dos Trabalhadores da ECT (Findect).

“A greve que estamos fazendo nunca foi contra o STF, mas sim contra a intransigência da ECT. A greve continua, no manteremos na greve porque ainda acreditamos na luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios”, disse o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da ECT de São

Paulo (Sintect-SP), Elias Brito (Diviza).

Desde o último dia 14, o STF discutia um pedido dos Correios que solicitava a exclusão de duas cláusulas aprovadas em acordo coletivo, mediado pelo TST, a pedido da própria estatal. As cláusulas estabeleciam a vigência do ACT até 2021 e a suspensão da divisão do convênio médico, mantendo os 30% do valor pago pelos trabalhadores.

Assim que aprovado pelo TST, em outubro do ano passado, a diretoria dos Correios entrou com o pedido de liminar, que foi atendido por Toffoli, suspendendo os dois dispositivos. Isso fez com que o acordo valesse por apenas um ano, tendo perdido a validade no último dia 31 de julho.

A partir deste período, a estatal passou a pagar apenas os direitos previsto pela CLT, desconsiderando todos os avanços aprovados em acordos anteriores que pretendiam suprir a falta de reposição salarial da categoria nos anos em que o reajuste salarial foi menor que a inflação, como aconteceu exatamente em 2019.

“A categoria não tem outra escolha senão a ampliação da resistência e orientação a todos os sindicatos filiados para encaminhar o endurecimento da greve em todo o país por tempo indeterminado”, disse em nota a Federação Nacional dos Trabalhadores da ECT (Fentect).

O vice-presidente Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), Marcos César Alves Silva, criticou a decisão do STF de suspender uma decisão do TST. “Vai criar um caos social, são pessoas humildes, a maioria. São benefícios que completam o salário e são muito importantes”, disse.

Após retomar lucros, Correio quer cortar vale-alimentação

Em greve desde segunda-feira, dia 17, os trabalhadores dos Correios vêm aderindo em massa ao movimento contra as medidas da direção da empresa, que acarretaram em perdas de direitos históricos e reafirmados no acordo coletivo realizado no ano passado.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo (Sintect-SP), na capital paulista, a adesão já é de 80%.

Em meio à greve, o presidente dos Correios, general Floriano Peixoto, argumenta que a estatal conta com um “prejuízo de 2,4 bilhões de reais”. “É um prejuízo que acumulamos ao longo do tempo por má governança da empresa”. Por decorrência desse suposto “déficit” nas contas, não teria a possibilidade de garantir os benefícios “extra-CLT”.

“Alguns benefícios estão sendo cortados porque a empresa não tem capacidade financeira nem condição de sustentar perante a sociedade a preservação deles em um momento tão difícil, de tantos sacrifícios”, disse o Floriano.

Nos últimos anos, os balanços apontam, no entanto, que a empresa tem acumulado lucros. De 1999 a 2018, os Correios, em dezesseis anos seguidos, tiveram um lucro de 15,8 bilhões de reais, em valores atualizados pelo IPCA. Contas no vermelho foram registradas apenas em 2013, 2015 e 2016, sendo que em 2014 teve resultado estável.

Desde 2017, a empre-

sa voltou a apresentar balanço positivo, registrando lucro de R\$ R\$ 667 milhões em 2017, R\$ 161 milhões em 2018 e R\$ 102,1 milhões em 2019.

O discurso da empresa é de que os cortes se dão apenas a benefícios “extra-CLT”, o que para as entidades serve para tentar passar a imagem de que os trabalhadores da empresa gozam de algum tipo de privilégio que os demais trabalhadores do país não possuem.

O que a empresa está reduzindo dos trabalhadores são benefícios como tíquete-alimentação, adicional de férias, licença-maternidade, além da exclusão do transporte noturno e de indenizações por acidente ou morte.

No entanto, como afirma o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo, esses benefícios conquistados pelos trabalhadores compõe o chamado “salário indireto”, que foram compensações em momentos em que os trabalhadores não tiveram aumento salarial real ou que o reajuste foi abaixo da inflação, como no caso de 2019.

A atual greve, diferente de outros momentos em que se buscava a melhoria das condições de trabalho para a categoria, é uma luta para que essas condições não sejam destruídas e acabe por colocar os trabalhadores em maior vulnerabilidade. Trabalhadores que têm cumprido com um papel essencial para a manutenção das atividades econômicas nesse momento em que a crise sanitária já ceifou 110 mil vidas, por negligência do governo federal.

Liga Árabe: paz Israel/ Países Arabes só virá com a Palestina livre

“Uma paz real e duradoura segue sendo uma opção estratégica para os países árabes mas, a etapa de relações de paz árabe-israelense só chegará quando o povo palestino obtenha sua liberdade e independência e o restante de seus direitos legítimos”, afirmou o secretário-geral da Liga Árabe, Ahmed Abdul Gheit, em comunicado divulgado no dia 22. Desta forma a Liga Árabe reafirma que, ao contrário das ilusões plantadas por Trump e Netanyahu, a paz entre países árabes e Israel só será possível quando o regime israelense se retire dos territórios da Palestina e seu povo conquiste a liberdade e o fim da ocupação. Abdul Gheit ressaltou que o povo palestino tem o direito à soberania plena sobre todos os territórios hoje ocupados, incluindo Al Quds, a Jerusalém Árabe, como capital da Palestina livre. Gheit também enfatizou o rechaço árabe unânime aos planos de Trump e Netanyahu de anexação de terras palestinas e a qualquer medida unilateral que tenha por objetivo “mudar o status das terras ocupadas por Israel”. Mesmo sem mencionar o recente acordo Israel/ Emirados Árabes Unidos (EAU), ele sublinhou que todos os países árabes exigem que Israel respeite as fronteiras de 1967 (de antes da Guerra dos Seis Dias). O anúncio de normalização das relações diplomáticas entre Israel e Emirados foi feito por Trump no Salão Oval da Casa Blanca, dia 13 de agosto, em manobra eleitoreira de venda de gato por lebre como se fosse possível à região se aproximar da paz com cada país se relacionando com Israel de forma isolada e sem que se dê importância à imprescindível suspensão de todas as medidas de usurpação e de negação dos direitos do povo palestino e, na verdade, premiando esse assalto constante de terras palestinas para a implantação de unidades habitacionais israelenses, além da declaração de anexação da Jerusalém Árabe.

Em prisão domiciliar, Uribe renuncia a seu mandato no Senado

Acusado de fraude processual e suborno de testemunhas em um caso que o vincula à criação de bandos paramilitares, o ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, renunciou nesta terça-feira ao mandato de senador. Em decisão unânime, a Corte Suprema já havia solicitado ao Senado, na última quinta-feira, a suspensão de Uribe do seu cargo e determinado sua prisão domiciliar. De acordo com a oposição, tais hordas paramilitares semeiam a política de terrorismo de Estado para obstrução da Justiça e estão por trás dos recentes assassinatos de jovens. “Enviamos este comunicado para que procedam à correspondente suspensão do mandato do ex-presidente e, assim, declarem vago seu assento na Câmara Alta [nosso Senado]”, afirma o documento da Corte. De acordo com o tribunal máximo, o encarceramento preventivo de Uribe – que está com coronavírus – foi acertado uma vez que há riscos de que o ex-mandatário obstrua a Justiça e atue para corromper e ameaçar testemunhas, a fim de encobrir sua efetiva participação na criação e ações de grupos paramilitares. A Justiça pode decidir por até 12 anos de prisão.

CRIMES

A ação contra Uribe começou em 2012, quando apresentou uma denúncia ao senador de esquerda, Ivan Cepeda, por um suposto complô contra ele, apoiado em falsos testemunhos. No entanto, em 2018, a Corte arquivou o inquérito envolvendo Cepeda e abriu uma nova investigação, desta vez contra Uribe, pelos crimes de fraude processual e suborno. Líder do partido Centro Democrático (de direita), Uribe governou o país por dois mandatos entre 2002 e 2010 e além de responder por processos criminais, e exibir notório vínculo com grupos paramilitares, tem suas digitais em casos milionários de corrupção. Seu homem de confiança, o ex-vice-ministro de Transporte, Gabriel García Morales, foi condenado no final de 2017 a cinco anos e dois meses de prisão por ter recebido 6,5 milhões de dólares de propina da construtora Odebrecht. Conforme explicitaram as denúncias, os recursos foram desviados para que intercedesse a favor da empresa na licitação para a construção da estrada Rota do Sol II, avaliada em mais de 1 bilhão de dólares.

Os subornos pagos pela Odebrecht no valor de 84 bilhões de pesos (R\$ 118 milhões) ao governo colombiano garantiram que ela fosse a única empreiteira habilitada para a licitação de um trecho da estrada. O escândalo estourou no começo de 2017 e afetou a gestão de Álvaro Uribe.

FALSOS POSITIVOS

Sob o governo de Uribe, as Forças Armadas eram recompensadas com dinheiro, promoções, medalhas, dias de férias e outras vantagens quando eliminavam rebeldes opositores – sobretudo os vinculados às Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Para esse fim, destaca Luz Marina Bernal, mãe de um deles, os militares não se intimidavam em manipular as estatísticas com a morte de civis inocentes. “Álvaro Uribe mentiu quando disse que em seus oito anos de governo foram mortos 7 mil insurgentes. Os militares não matavam rebeldes, mas nossos filhos”, protestou Luz Marina.

Conforme os movimentos sociais, jovens de famílias pobres eram sequestrados e assassinados à bala para então serem apresentados como guerrilheiros mortos em combate. Até agora são conhecidos 5 mil casos de tais “falsos positivos”. A maioria deles remonta ao período de Uribe.

“Até agora, por volta de 97% dos casos não foram punidos legalmente”, afirma Carolina Lopez Giraldo, membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, no departamento de Caldas.

MAIS ASSASSINATOS

A Conferência Episcopal da Colômbia (CEC) fez uma conclamação à paz e pediu pelo descanso eterno dos 13 jovens assassinados dia 11 e 15 nas cidades de Cali e Samaniego. Os religiosos condenaram as atrocidades e alertaram que tais eventos se somam a “ameaças a indivíduos e comunidades, aos assassinatos de líderes sociais e ex-combatentes das Farc e aos confrontos armados para o controle das rotas do narcotráfico”.

Os bispos denunciaram que a população vem sofrendo “a miséria, falta de oportunidades e violação de seus direitos fundamentais” devido ao aumento da violência e exortaram o governo a “garantir proteção efetiva e atenção integral às comunidades que sofrem com mais rigor as consequências da violência, assim como a continuar avançando na implementação dos Acordos de Paz”.

Inglaterra, França e Alemanha rejeitam sanções de EUA ao Irã



Derrotado na ONU, EUA não consegue envolver mais países em sanções ao Irã

Professor negro que defende luta contra toda desigualdade tem palestra vetada

“Um Acadêmico Marxista Negro Queria Falar Sobre Raça. Gerou Fúria”, registrou o NYT

O cancelamento em Nova York da palestra que um dos principais acadêmicos negros dos Estados Unidos, o professor emérito Adolph Reed, de 73 anos, faria em Nova York, a convite dos “Socialistas Democráticos da América” (SDA), causou uma enorme polêmica nos Estados Unidos, que acabou estampada no New York Times. O SDA é agrupamento de progressistas dentro do Partido Democrata que apoiou a campanha do senador Bernie Sanders e ajudou a eleger parlamentares como Alexandria Ocasio-Cortez.

Como registrou em título o NYT, “Um Acadêmico Marxista Negro Queria Falar Sobre Raça. Gerou Fúria”. Segundo o jornal, o cancelamento refletiu um intenso debate em curso na esquerda nos EUA se o racismo é “o problema primário” no país hoje ou a “consequência de um sistema que oprime todas as pessoas pobres”.

Em suma, a palestra foi barrada porque o debatedor defende que a principal questão é a desigualdade gritante. O cancelamento foi exigido, e conseguido, por um setor dos SDA, composto pelos grupos Afrosocialistas e Caucus Socialista de Cor.

ESTREITEZA

Reed é conhecido por se opor à chamada pauta identitária – que no caso dos negros norte-americanos coloca a questão racial



Professor Reed dá aula na Universidade da Pensilvânia

acima de tudo – e por ser defensor da luta mais ampla, que una pobres e oprimidos tanto brancos como negros, como latinos.

Ainda mais numa situação em que a exacerbada desigualdade nos EUA atinge contornos dramáticos, sob a pandemia e seus corolários, devastação da economia, desemprego em massa e milhões à beira do despejo. E que acontece depois de três décadas de desindustrialização e precarização e sua outra face, o ultraliberalismo e a especulação desbragada.

“OMBRO A OMBRO”

Como situara o NYT, Reed tem a convicção – “hoje polêmica”, acrescenta o jornal – “de que a esquerda está muito focada na raça e não o suficiente na classe. Vitórias duradouras foram alcançadas, ele acreditava, quando a classe trabalhadora e os pobres de todas as raças lutaram ombro a ombro por seus direitos”.

Reed, que já fez outras palestras para integrantes dos SDA, pretendia desta vez alertar que, na questão da luta pelo direito universal à saúde em curso nos EUA, colocar ênfase exagerada no fato de que os negros são desproporcionalmente afetados pelo coronavírus, quando são 5 milhões os norte-americanos infectados e 170 mil mortos, acaba aliviando a incúria de Trump na epidemia, e portanto deixando de cumprir tudo que é possível em matéria de unificação de forças para arrancar uma resposta efetiva.

Como costuma dizer o senador Bernie Sanders, os EUA são a única nação industrializada que não garante o direito universal da saúde a seus habitantes – e gasta com saúde o dobro dos demais.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](#)

“Arce é capaz e profundamente vinculado ao desenvolvimento”, afirma líder boliviano

“O governo da senhora Jeanine Áñez está utilizando mentiras na Justiça e na mídia para incriminar o Movimento Ao Socialismo (MAS) buscando impedir a provável vitória de Luis Arce e David Choquehuanca à presidência da Bolívia”, afirmou Andrés Rodríguez Ledesma, candidato ao Senado pelo partido de Evo Morales e uma das principais lideranças sindicais do país andino.

Em entrevista exclusiva, o vice-presidente das Seis Federações Cocalceiras do Trópico de Cochabamba apontou uma sequência de abusos e atropelos frisando que ele próprio tem na sua conta “cinco ou seis processos penais por sedição, terrorismo, atentado à vida, à saúde, sem qualquer base legal ou jurídica”.

“Tudo vem digitado do Ministério de Governo pelo senhor Arturo Murillo”, alertou.

De maneira didática e enfática, Andrés destacou como o governo Áñez está transformando o país em um narcostado e denunciou como é histórica a vinculação estadunidense com a oligarquia local. Em um momento de tanta dor para a Bolívia e o mundo, o dirigente frisou a tragédia que tem sido os últimos meses de avanço de coronavírus com um governo caracterizado pela corrupção “em que se compram respiradores superfaturados e agentes químicos para reprimir o povo ao invés de medicamentos para combater a pandemia”.



Andrónico Rodríguez, candidato ao Senado pelo MAS

LEONARDO WEXELL SEVERO (Hora do Povo), NICOLÁS HONIGESZ (CTA-Argentina), RAPHAEL SANZ (Correio da Cidania) e VANESSA MARTINA SILVA (Diálogos do Sul)

A presidente interina, Jeanine Áñez, se jacta de haver pacificado o país, mas em novembro vimos acontecer dois massacres, de Sacaba e Senkata, e hoje há lideranças populares perseguidas, assassinadas e exiladas. Você, inclusive, está passando por um momento de muita preocupação com sua segurança. O que está acontecendo na Bolívia?

Andrónico Rodríguez Ledesma: Muito obrigado, um saludo para toda a audiência desde o Trópico de Cochabamba.

Em novembro do ano passa-

do o que aconteceu foi precisamente, como a opinião pública em nível internacional já sabe, um golpe de Estado. Rompeu-se a ordem constitucional, foi usurpado o cargo da presidência e assim foi tomada a administração do Estado pela força, com muita violência. A partir daquele momento, aferraram-se todos os grupos da extrema direita da Bolívia e, obviamente para conservar o poder tomado pela força, tiveram que destilar toda sua raiva através das forças armadas e policiais quando, de maneira pacífica as manifestações desciam de El Alto para a cidade de La Paz, ou de Sacaba para Cochabamba.

Assim fizeram barreiras com blindados, escudos e armas de fogo contra o movimento camponês que não tinha absolutamente nenhuma arma, ao contrário do que eles alegam. Isso é totalmente falso.

Leia a entrevista na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](#)

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, mostrou seu ressentimento com a negativa dos europeus em seguir as provocações de Trump e disse que Londres, Paris e Berlim estariam “se alinhando aos aiato-lás”

Inglaterra, França e Alemanha comunicaram nesta quinta-feira (20) serem contrários ao restabelecimento de sanções ao Irã, como solicitado pelos Estados Unidos à Organização das Nações Unidas (ONU), alegando que qualquer ação de confrontação é incompatível com os esforços para apoiar o acordo nuclear com o governo iraniano.

Com vistas a preservar o acordo, reitera o comunicado conjunto emitido pelos três países, “instamos o Irã a reverter todas as medidas inconsistentes com seus compromissos nucleares e retornar ao cumprimento total sem demora”.

Inconformado com a busca do diálogo, o secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, condenou a posição adotada pelos três países europeus (E3, como é conhecido o grupo) para baixar a tensão no Golfo Pérsico. Segundo Pompeo, por defender a negociação Londres, Paris e Berlim estariam “alinhando-se com os aiato-lás”. Os chanceleres do grupo alertaram ainda que Washington encerrou o acordo denominado JCPOA em 8 de maio de 2018 e que, portanto, não tem direito nenhum de exigir “reversão” nas medidas das Nações Unidas contra Teerã.

O governo iraniano classificou como “nulo” nesta sexta-feira (21) o movimento feito pelos EUA para restabelecer as sanções. “A notificação dos Estados Unidos é incapaz de produzir efeito legal. Nenhum dos restantes participantes do JCPOA considera que a notificação seja válida”, afirmou o vice-chanceler iraniano e negociador nuclear, Abbas Araghchi.

CHINA E RÚSSIA

Da mesma forma que o E3, China e Rússia também repudiaram as tentativas do governo Trump de sancionar o Irã. A representação russa solicitou uma reunião do Conselho de Segurança da ONU “sobre os eventos”. O encontro aconteceria nesta sexta-feira, com a participação dos 15 integrantes do Conselho em um momento, vale lembrar, em que a pandemia do coronavírus impacta a população civil, que se vê “severamente prejudicada”.

Apesar disso, os norte-americanos haviam formalizado um pedido ao Conselho de Segurança da ONU para que as sanções contra o Irã fossem restabelecidas o mais rapidamente possível, alegando que Teerã teria violado o acordo nuclear de 2015, o mesmo que Washington abandonou antes e de uma forma unilateral.

Como os EUA desprezaram o acordo nuclear há dois anos, os demais países signatários (Reino Unido, França, Alemanha, Rússia e China) consideram que Washington não tem mais o direito de invocar a cláusula incluída na resolução 2231.

“Estamos confiantes de que o Conselho de Segurança não permitirá que os EUA abusem da resolução 2231 para atingir seu objetivo declarado de destruir essa mesma resolução”, enfatizou o negociador iraniano.

De acordo com ministro das Relações Exteriores do Irã, Mohammad Javad Zarif, a tentativa estadunidense é “perigosa e ilegal”. Para Zarif, já é hora do governo Trump “prestar contas pelos danos irreparáveis infligidos a toda a nação iraniana”.

Cuba dá início aos testes com sua vacina contra a Covid-19

A empresa BioCubaFarma informou ter recebido a concessão de uma licença para dar início aos testes clínicos com uma vacina cubana candidata para o combate ao Covid-19. Segundo informa o portal cubano Granma essa vacina é “capaz de induzir uma potente resposta imunitária perante a infecção do vírus Sars-Cov2”.

Em 28 de julho passado, essa candidata a vacina foi testada pela primeira vez em seres humanos: três dos seus pesquisadores que apresentaram uma alta taxa de imunidade.

A candidata a vacina é identificada com as siglas FINLAY-FR-1. Esse projeto é liderado pelo Instituto Finlay de Vacinas, o Centro de Imunologia Molecular – ambos pertencentes à BioCubaFarma – e com a colaboração do Laboratório de Síntese Química e Biomolecular, da Universidade de Havana.

Segundo as informações, ela “concluiu satisfatoriamente a fase de desenvolvimento farmacêutico e os estudos pré-clínicos em animais”.

As evidências científicas permitiram a emissão da

licença por parte do Centro para o Controle Estatal de Medicamentos, Equipamentos e Dispositivos Médicos de Cuba (Cecmed).

Com a licença e acompanhamento de diversas instituições do ministério da Saúde Pública, começará «o teste clínico fase I-II, denominado Soberana. Esta fase será seguida por outros estudos clínicos até que a vacina seja considerada pronta para a sua aplicação».

As instituições envolvidas na produção da vacina querem produzir as vacinas de tal forma que, com a conclusão das fases de testes clínicos, disponham de oito milhões de doses, volume considerado suficiente para a proteção da população de Cuba.

O Instituto Finlay de Vacinas, que solicitou a permissão para o avanço com os testes, tem mais de 30 anos de experiência na obtenção de vacinas, esclarece que «o fato de dispor de plataformas desenvolvidas para outras epidemias, especificamente para a epidemia de meningite, nos anos 80 do século passado, lhe permitiu obter esses resultados relevantes».



Cuba informa que vacina induz forte resposta imunitária

Vacina russa inicia teste com 40 mil pessoas, informa a direção do Instituto Gamaleya

Diretores do Instituto Gamaleya de Epidemiologia e Microbiologia e do Fundo de Investimentos Diretos da Rússia divulgaram durante coletiva com 300 jornalistas de todo o mundo, na quinta-feira (20), que, com a aprovação do governo de Vladimir Putin, começarão nos próximos dias os testes da vacina Sputnik V em 40 mil pessoas.

Explicaram que grupos mais vulneráveis, como profissionais de saúde atuando na linha de frente, serão já vacinados paralelamente.

Com teste randomizado e controlado, o procedimento deve ser acompanhado de perto pelo Ministério da Saúde russo.

Relataram que o Fundo de Investimentos Diretos da Rússia acompanhou 35 variantes de vacinas que estavam sendo desenvolvidas, porém a elaborada pelos cientistas do Instituto Gamaleya resultou a mais avançada. Os cientistas explicaram que conseguiram chegar tão rapidamente a uma vacina porque já estavam trabalhando em outro imunizante semelhante, a vacina contra a Mers – síndrome respiratória causada também por um coronavírus. Segundo eles, a vacina já havia chegado na fase 2, revelando segurança e resposta imune.

Declararam que também já tinham desenvolvido, em 2014, a partir da mesma metodologia, uma vacina contra o ebola, que foi testada, em fase três, em mais de duas mil pessoas.

Alexander Gintsburg, diretor do Instituto Gamaleya onde a vacina Sputnik V foi desenvolvida, assinalou que, diferentemente das demais vacinas que estão em testes e devem chegar em breve ao mercado, o imunizante russo tem dois invólucros: ad26 e ad5. Outro ponto que a diferença é a forma com que o gene é transportado no corpo humano, mostrando eficácia maior que as demais.

Denis Logunov, vice-diretor científico do Instituto disse que a vacina russa foi testada em vários animais, como coelhos, ratos e dois tipos de macacos, sem apresentar nenhum efeito colateral. Posteriormente, informou, foi testada também em centenas de voluntários humanos, com idades de 18 a 60 anos.

“Os voluntários estão produzindo anticorpos, seus organismos reagiram bem e todos apresentaram uma boa resposta imune”, garantiu Logunov.

A tecnologia usada é de uso de dois tipos de adenovírus humanos (que não causam nenhuma doença) que servem como vetores para levar para dentro do organismo fragmentos genéticos de uma proteína da coroa do Sars-Cov2. A vacina é administrada em duas doses, com intervalo de 21 dias. A proteção deve durar dois anos e deverão ser vacinadas tanto pessoas que não contraíram o coronavírus quanto aquelas que já contraíram a doença.

“Com todos esses dados e baseados no fato de que a plataforma de adenovírus já foi usada antes em 20 mil pessoas, conseguimos o registro da nossa vacina, que nos permite produzir a vacina para os grupos de risco, pessoas que têm maior risco de serem afetadas pelo vírus”, explicou Logunov. “Mas somos obrigados a fazer mais ensaios clínicos, já acordamos um protocolo de 40 mil pessoas, para checar o grau de eficácia da vacina. Teremos, então, o registro definitivo, e poderemos começar a produção em massa.”

A expectativa é de que a produção e imunização em massa aconteça a partir de outubro.

México: ex-diretor da PEMEX denuncia três ex-presidentes subornados pela Odebrecht

Emilio Lozoya, ex-diretor de Petróleos Mexicanos (Pemex) entre 2012 e 2016 acusado de receber subornos da construtora Odebrecht, em documento de 63 páginas denunciou 16 políticos de terem emboalsado grandes quantias em dinheiro.

Estão incluídos na denúncia três ex-presidentes (Peña Nieto, Felipe Calderón e Carlos Salinas de Gortari), dois ex-ministros, três atuais governadores, dois ex-diretores da Pemex, um ex-candidato presidencial da direita e vários senadores dos dois partidos que governaram o México nos últimos 90 anos: o Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o conservador Ação Nacional (PAN).

Lozoya assinalou que foram distribuídas malas de dinheiro da Odebrecht para Peña Nieto e diversos deputados, com o objetivo de que promovessem a reforma energética que permitiu durante o seu governo a entrada de empresas privadas estrangeiras na exploração do petróleo mexicano. Arrecadador da campanha do presidente Peña Nieto (2012-2018), membro do seu gabinete e presidente da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex), Lozoya recebeu da Odebrecht propinas no valor de, pelo menos, US\$ 10 milhões para que a construtora brasileira – vitaminada com recursos públicos do BNDES – ganhasse contratos fraudados

para realizar diversas obras no país. Como retribuição ao suborno, também seriam repassados à empresa os negócios de água e eletricidade no Estado de Vera Cruz, para os quais a Odebrecht recebeu inclusive diversas concessões do governo federal mexicano.

Segundo Lozoya, todos os pagamentos foram feitos por ordem de Luis Videgaray, secretário da Fazenda e homem forte de Peña Nieto durante seus seis anos de Governo.

No documento, revelou que pediu à empreiteira seis milhões de dólares por ordem de Peña Nieto para pagar consultores eleitorais nos Estados Unidos e na Alemanha.

E os registros de corrupção não ficaram só no governo desse presidente. Lozoya também disse que durante o Governo do ex-presidente Felipe Calderón (2006-2012) “foram montados sólidos esquemas de corrupção com a Odebrecht”. Sobre Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), divulgou que ele pressionou para conseguir contratos da Pemex para seu filho.

O vazamento da declaração fortaleceu o atual presidente, López Obrador, já que todos os seus inimigos políticos foram mencionados num único documento. Ele saudou a iniciativa de Lozoya qualificando -a como uma denúncia grave e escandalosa: “O povo se cansa de tanta roubalheira.”

‘Trump é mentiroso, cruel e falso’, afirma sua irmã Maryanne Barry

Foto: Chill Reporter



Opiniões de Maryanne sobre o irmão foram publicadas pelo Washington Post

Bannon, ex-marqueteiro de Donald Trump, é preso em NY por roubo de US\$ 1 milhão

Foi preso nesta quinta-feira (20) por fraude e lavagem de dinheiro o guru da campanha de 2016 de Donald Trump e ex-estrategista-chefe da Casa Branca, Steve Bannon, acusado de desviar para o próprio bolso dinheiro arrecadado online sob a promessa de ajudar a construir o muro na fronteira com o México.

Bannon também costumava ser exibido pela família Bolsonaro como “conselheiro” e o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, chegou a ser declarado por este em fevereiro de 2019, informalmente, como o líder sul-americano do movimento de extrema direita afim ao guru. Ele revelou, ainda, ter tido contato informal com a família Bolsonaro durante a campanha de 2018.

De acordo com o Departamento de Justiça, Bannon se apossou de pelo menos US\$ 1 milhão do dinheiro arrecadado pela campanha “We Built That Wall” (Construímos o Muro), e para isso usou outra fachada, que denominou de “Non-Profit 1” (Sem Fins Lucrativos 1).

Graças à exaltação da xenofobia e dos preconceitos contra os mexicanos, a campanha angariou US\$ 25 milhões, doados por mais de 330 mil incautos – segundo apuração da

Reuters – atraídos pela ideia simplória de que poderiam botar seu “tijolinho” naquele muro de Trump. Conforme o portal do esquema, a soma dava para construir 160 km de muro.

Promotores federais em Nova York anunciaram que além de Bannon foram indicados os comparsas Brian Kolfage (laranja), o banqueiro Andrew Badolato e Timothy Shea. Cada um dos crimes – fraude e lavagem de dinheiro – pode levar à pena máxima de 20 anos de prisão.

Os réus, de acordo com a promotora interina de Manhattan Audrey Strauss, “aproveitaram o interesse [dos doadores] em financiar o muro da fronteira para obter milhões de dólares, sob o falso pretexto de que seriam gastos na construção”. Eles prometiam que nenhum centavo iria para pagamentos pessoais.

Ainda segundo os promotores, parte do dinheiro desviado – US\$ 330.000 – serviu para “financiar o estilo de vida luxuoso” de Kolfage, um veterano da Força Aérea.

Bannon, que é considerado o arquiteto da vitória de Trump nas eleições de 2016, foi fundador em 2007 do site de notícias Breitbart News, que se tornou o modelo para o

agressivo estilo de difusão de ideias reacionárias e racistas depois conhecido como alt right, direita alternativa, e de propagação de fake news.

Bannon fazia ainda parte do conselho da Cambridge Analytica, a obscura empresa que encabeçou o escândalo de coleta de dados do Facebook para fins eleitorais, cujas técnicas de manipulação são consideradas decisivas para a vitória de Trump em 2016.

O marqueteiro teve uma curta passagem como assessor direto de Trump na Casa Branca e desde então tem vagado pelo mundo juntando neofascistas, racistas e xenófobos de várias origens, de Hong Kong a Roma.

Em novembro de 2018, no seu jantar de aniversário em Washington, um dos convidados foi o já eleito deputado federal Eduardo Bolsonaro, que lhe desejou “muitas felicidades” depois de o ter saudado como um “ícone no combate ao marxismo cultural”.

Conforme relato de Bannon à repórter Júlia Zarembo na ocasião, a admiração tinha sido mútua, com o guru e agora estelionatoário flagrado se dizendo “muito bem impressionado com Eduardo e seus assessores”, pessoas que, acrescentou, compartilhavam “a mesma perspectiva em relação à economia, estabilidade, lei e ordem”.

Dezenas de ex-dirigentes republicanos abandonam Trump e apoiam Joe Biden

Dezenas de ex-dirigentes da área da Defesa e da Segurança de quatro governos republicanos anunciaram em manifesto sua oposição à reeleição de Trump, por ser “inadequado para liderar” e que irão apoiar o candidato democrata, Joe Biden. O anúncio foi feito quando os democratas encerravam na quinta-feira sua convenção nacional, realizada virtualmente por causa da pandemia, que consagrara a chapa Joe Biden-Kamala Harris.

Também no primeiro dia da Convenção Democrata, o ex-governador republicano de Ohio, e que disputou com Trump a indicação a presidente em 2016, John Kasich, expressou por vídeo seu apoio a Biden, o que explicou, em se tratando de um republicano de quatro costados como ele, se devia a que “esses não são dias normais” nos EUA.

Entre os 73 signatários, estão o ex-secretário de Estado, e ex-chefe do Estado Maior Conjunto, Colin Powell, o ex-secretário de Defesa Chuck Hagel, o ex-secretário de Estado Richard Armitage, o ex-diretor da CIA e da NSA, Michael Hayden, o ex-vice-diretor do Conselho de Segurança Nacional, Robert Blackwill,

o ex-diretor de Contraterorismo Michael Leiter, o ex-diretor Nacional de Inteligência John Negroponte e o ex-diretor do FBI William Webster.

Os signatários afirmam que Trump, “com suas ações e retórica tem falhado ao nosso país” e acrescentam que ele “busca incitar divisões políticas, raciais e étnicas, enfraquecendo a nação, para deleite de nossos adversários”.

Ainda segundo o manifesto, “nossos amigos e inimigos o vêem como não confiável, instável e indigno de respeito”.

Os ex-integrantes de governos republicanos condenam ainda Trump pela desastrosa condução diante da pandemia, pela perseguição a imigrantes, a juizes e outros servidores públicos e, no plano externo, por “arruinar a reputação e a influência” dos EUA.

Ao contrário da visão de Reagan da “cidade radiante em uma montanha” – enfatizam –, Trump fala de carnificina e empurra os americanos à confrontação, ao encorajar seus medos ao afirmar que turbas “furiosas” e “anarquistas” destroem o país.

Eles acrescentaram que,

embora divirjam de muitas das políticas democratas, “o importante agora é impedir o ataque de Trump à nossa nação”.

Declarações que apontam para o fato de que está fazendo água o regime Trump, e tudo que ele significa em matéria de caos da ordem internacional, apologia do racismo e xenofobia, guerra comercial, e flerte com o neofascismo, os supremacistas brancos e coisas bizarras como a tal seita QAnon.

Colin Powell até manifestou seu apoio a Biden por vídeo no segundo dia da Convenção, para “restaurar os valores” norte-americanos. Ele dispensa apresentações: é o cara da famosa foto da fake news das armas de destruição em massa do Iraque, simbolizadas por um tubinho de ensaio, no Conselho de Segurança da ONU. Sinal dos tempos.

Na convenção, quem também enviou um vídeo de congratulações a Biden e exaltação da amizade foi a viúva do senador John Cain. A ex-procuradora-geral Sally Yates também se manifestou por vídeo, denunciando a sabotagem do presidente reality show aos Correios e à eleição.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

A juíza federal aposentada Maryanne Trump Barry, expõe com franqueza o que pensa sobre o irmão: “não é uma pessoa em quem se possa confiar”, pois “não tem não nenhum princípio e é falso”

Maryanne Trump Barry, a irmã mais velha de Donald Trump, ex-juíza federal, criticou duramente o presidente numa série de gravações divulgadas no sábado(22), nas quais diz que o chefe de Estado “não tem princípios”. Segundo o jornal Washington Post (WP) ela teria ficado horrorizada com a forma como seu irmão age como presidente dos Estados Unidos.

Falou sobre uma entrevista de 2018 com o seu irmão na Fox News, na qual ele sugeriu que “talvez eu tenha que colocá-la na fronteira” em meio a uma onda de refugiados entrando nos Estados Unidos.

“Tudo o que ele quer fazer é atrair suas bases”, disse sobre a atitude pela qual crianças foram separadas de seus pais na fronteira com o México e enviados a centros de detenção. “Quero dizer, meu Deus, se você fosse uma pessoa religiosa, você quereria ajudar as pessoas. Não fazer isso”, lamentou-se. E continuou, referindo-se ao seu irmão como uma pessoa em quem não se pode confiar porque “não tem princípios, nenhum”.

A ex-juíza, que hoje tem 83 anos, foi gravada secretamente pela sua sobrinha, Mary Trump, que recentemente publicou um livro intitulado “Demais e Nunca Suficiente: Como Minha Família Criou o Homem Mais Perigoso do Mundo” (Too Much and Never Enough: How My Family Created the World’s Most Dangerous Man, em inglês).

Mary disse, no sábado, que fez as gravações entre 2018 e 2019, as quais foram divulgadas pelo jornal “The Washington Post”.

“Estou falando muito livremente, mas sabes isso. A mudança de histórias. A falta de preparação. A mentira (...)”, sublinhou Maryanne Barry. Ela considera que seu irmão, Donald, “não leu minhas opiniões sobre imigração” em processos judiciais. “O que ele leu?”, perguntou Mary Trump à tia. “Não. Ele não lê [nada]”, respondeu Barry. “É a falsidade de tudo. É a falsidade e essa crueldade. Donald é

cruel”, ressaltou.

Citando as transcrições, o WP diz que a discórdia entre os dois começou nos anos 1980, quando ela teria pedido “o único favor que alguma vez pedi na vida” acerca de sua profissão como juíza ao magnata de Nova York, o que ele teria usado frequentemente para lhe tirar crédito na carreira. Ela disse que merecia a nomeação “por mérito próprio” e que foi posteriormente nomeada para cargos judiciais superiores sem a intervenção de seu irmão.

No livro sobre Trump que vendeu centenas de milhares de cópias, Mary relata que a irmã, Maryanne Trump, fazia as tarefas escolares por ele, mas não tinha como fazer as provas e tinha receio que suas notas, que o colocavam longe dos melhores da turma, “arruinassem seus esforços para ser aceito” na Escola Wharton da Universidade da Pensilvânia, à qual se transferiu depois de ter pago a Joe Shapiro, um amigo já falecido, para este último fazer o exame SAT de admissão.

Chris Bastardi, portavoza de Mary Trump, disse que ela começou a gravar conversas com Maryanne Barry em 2018, que continuaram em 2019, depois de concluir que seus parentes haviam mentido sobre o valor do patrimônio familiar durante uma batalha legal sobre sua herança duas décadas antes, na qual ela recebeu muito menos do que esperava.

“Mary percebeu que membros da sua família mentiram em depoimentos anteriores”, disse Bastardi, acrescentando que “antecipando o litígio, achou prudente gravar as conversas para se proteger”.

Este novo episódio familiar se soma ao desgaste que sofre o presidente republicano que disputa a reeleição. “A economia não vai melhorar e a pandemia não vai desaparecer. Sobrou para Trump fazer o que ele faz sempre: provocar e criar distrações em relação a notícias que são muito ruins para ele”, afirmou o cientista político Michael Traugott, especialista em eleições da Universidade de Michigan. Porém, as declarações de Barry não ajudam na distração.

Argentina torna 'serviço público essencial' internet e telefonia

O governo da Argentina publicou no sábado (22) o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) 690/2000 que torna “serviço público essencial” a internet, a televisão paga, as telefonias celular e fixa. Munido desta garantia legal, a presidência congelou as tarifas destes serviços até o final de ano.

Conforme o DNU, “o direito de acesso à internet é, na atualidade, um dos direitos digitais que toda pessoa o possui com o propósito de exercer e gozar do direito à liberdade de expressão”.

“A Organização das Nações Unidas (ONU) expressou em diversos documentos a relevância das Tecnologias de Informação e das Comunicações para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, e a importância de que a todas as pessoas seja garantido o seu acesso às mesmas”, declarou o presidente Alberto Fernández, que assina o Boletim Oficial.

O boletim também destaca que “as Tecnologias da Informação e as Comunicações representam não somente um portal de acesso ao conhecimento, à educação, à informação e ao entretenimento, mas que constituem também um ponto de referência e um pilar fundamental para a construção do desenvolvimento

econômico e social”.

A decisão havia sido anunciada pelo governo na sexta-feira à noite, incluindo o congelamento das tarifas até 31 de dezembro para “garantir o acesso” massivo à população.

Citando o governo anterior, de Mauricio Macri, o Decreto de Necessidade e Urgência sublinhou que “mediante [decreto anterior] o DNU nº 267/2015 foi revogado muito da estrutura legal estabelecida em termos de serviços de comunicação audiovisual e das Tecnologias da Informação e Comunicação, abandonando-se a ideia de acesso a estes últimos como um direito humano e deixando-os liberados à lei da oferta e da procura como uma simples mercadoria”.

Com isso, os tempos neoliberais priorizaram os cartéis privados que dominam estes serviços, “contrariamente ao previsto na Constituição que, em seu artigo 42, estabelece como dever das autoridades proverem a proteção dos consumidores e usuários de bens e serviços, a defesa da concorrência contra toda forma de distorção dos mercados, assim como a qualidade e eficiência dos serviços públicos”.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Por que continuam a morrer mais de mil brasileiros por dia? - (2)

Continuação da edição anterior

“Tem saída. É a saída lá do John Snow”

Luiz Humberto Carrijo: *Já falamos de inteligência geográfica, de inteligência epidemiológica. E a inteligência matemática? Ela pode ser usada para o combate ao coronavírus? É possível, pelos modelos matemáticos, prever quando essa curva de mortalidade, de mais de mil pessoas por dia no Brasil, vai cair ou vai se estabilizar?*

Paulo Ângelo: Os modelos matemáticos pressupõem algumas coisas como hipótese. Então, por exemplo, o modelo clássico que a gente utiliza, ele pressupõe uma homogeneidade dos contatos entre as pessoas, e isso não ocorre na vida. Na geografia também não é uniforme. E também como as pessoas vivem. Têm crianças, por exemplo, que têm alto nível de contatos e crianças que já vivem praticamente em isolamento. Quando tem uma população relativamente pequena de uma cidade, como Brasília, por exemplo, você faz uma aproximação disso com o modelo homogêneo, com contatos homogêneos, isso dá um certo delay, mas a gente consegue ter uma aproximação melhor.

Quando você pega isso para uma população de um país como o Brasil, onde nós temos áreas extremamente urbanizadas e você tem o interior, áreas rurais, que já têm naturalmente um índice de contato bem menor, então, os modelos que têm sido divulgados desde o início da pandemia, como todo mundo querendo saber quando isso acaba, quando será o pico. Isso geralmente vai sendo empurrado para frente. O pessoal dizia, o pico vai ser em abril, depois maio e assim vai.

O Brasil está com um platô difícil de ceder. Isso já era esperado. Eu já tinha essa expectativa desde o início. No Brasil você teve um crescimento da epidemia nos centros urbanos, o pessoal que chegou de fora. Teve a interferência dos governos, alterando as regras, fechando comércio, fechando escolas e isso mudou os parâmetros de entradas no modelo, mas, mesmo assim você teve depois um processo de interiorização.

Então, nós temos hoje locais que já estão praticamente no pico ou já estão descendo, regredindo, e você tem locais no interior que estão começando agora ou talvez nem começaram ainda. Esse retardo dá essa tendência de ter um platô que vai caindo gradualmente e isso demora muito tempo para acabar. Esse fato nós vimos lá atrás quando nós publicamos a nota técnica 01 do Observatório, e já citamos esses pontos especificamente. Veio junto com a questão da vigilância epidemiológica e geográfica que citaram antes de mim. Lá atrás nós vimos que essa epidemia ia demorar muito, até a vacina, provavelmente. Não aconteceu como os gestores pensavam, que depois dos controles, ela começaria a cair, como aconteceu na China que teve um controle mais rigoroso e, depois de dois três meses, acaba e aí você pode retirar os controles.

Citamos lá atrás que esse tipo de estratégia não vai funcionar. Isso nós falamos há alguns meses. Porque você não vai conseguir resistir, não vai conseguir ceder a epidemia em dois ou três meses e você não consegue manter essas medidas, essas que eles tomaram, por um longo período. Nós estávamos defendendo

medidas sustentáveis. Você precisava de medidas que você conseguisse sustentar por um ano e meio se for necessário.

Já de encontro ao que o pessoal vem falando, mesmo com todas as medidas tomadas pelo governo do DF a taxa de reprodução ficou acima de 1, mostrando a ineficiência dessas medidas. Ou seja, a epidemia continuava avançando mesmo com as medidas tomadas e que não são sustentáveis. São medidas caras. E em algum momento, o governo vai ter que liberar as medidas e aí a gente vai perder todo o custo, todo o investimento com essas medidas, porque você vai voltar para a curva inicial. Só foi útil para você melhorar a infraestrutura hospitalar. Mas você não foi efetivo do ponto de vista epidemiológico.

Tem saída. É a saída lá do John Snow, bem citada aqui pelo professor Edilson, falado também pelo professor Eduardo e Roberto. A solução é aquela. Nós temos o caminho correto que é fazer vigilância epidemiológica. É ir em cima de onde estão os casos e tratando eles e isolando eles. Essa é a forma mais eficiente do ponto de vista matemático, é a forma mais eficiente do ponto de vista financeiro, de qualquer lado que você esteja trabalhando, tanto do ponto de vista do controle de óbitos quanto do financeiro e social. Sai mais barato contratar pessoal de vigilância epidemiológica do que pessoal de UTI. Quando chega na UTI a taxa de mortalidade é de 50%.

A saída é vigilância epidemiológica usando inteligência. Vou dar um exemplo. Brasília é altamente urbana. Mas temos regiões que são rurais. Brazilândia por exemplo. Produz mais de 60% do morango nacional. Produz mais de 90% do ovo consumido no DF. Então, é uma região agrícola. Quando veio o primeiro decreto de fechamento de escolas, fechamento de comércio, Brazilândia não tinha nenhum caso e ficou vários meses sem nenhum caso e no entanto aquela população toda estava parada. Isso ilustra bem o que se entende por inteligência epidemiológica. Localizar os focos reais e ir fazer contenção ali.

Uma coisa que por muito tempo eu fiquei me perguntando, por que nós estamos passando por isso, por esse dilema, sendo que a epidemiologia é um negócio muito antigo. John Snow naquela época não tinha nem caneta esferográfica, fez todo esse trabalho provavelmente usando pena, e já tinha um mapa ali na sua mão e já conseguia fazer uma inteligência epidemiológica. E hoje nós temos celular, cada um carrega um computador no bolso, nós temos tecnologia que leva o homem na lua, temos informação fácil hoje e, no entanto, a gente não consegue fazer o básico de vigilância epidemiológica.

Os governos vêm fazendo os testes e não perguntam onde ele pegou essa doença. Eu gosto dessa pergunta porque muitos vão saber dizer. Eu acho que foi na casa da minha tia porque ela testou positivo e eu fui até lá. Eu acho que foi no serviço porque tem um colega que estava com Covid. Você tem um custo alto para fazer um teste e a parte mais barata que é perguntar para a pessoa, você não faz. Você faz um cruzamento desses dados você vai achar os focos.

Vimos também que todas as regiões que tinham mais de 90 casos eram servidas pelo Metrô. Vimos também que 6 a 8%



“A saída é vigilância epidemiológica usando inteligência”

dos óbitos eram de profissionais do transporte público. Aí eu pergunto, quantos são passageiros? Você vê como a inteligência poderia estar sendo aplicada de forma eficiente nesse processo todo. Pelos nossos cálculos Brasília está passando pelo pico agora. No Brasil, por conta da interiorização, o platô vai baixar lentamente.

Luiz Humberto Carrijo: *Uma pergunta para todos. Se caso vocês fizessem parte de uma força tarefa e esse plano de ação estivesse sobre suas mesas, como, dentro da especialidade de cada um de vocês, como seria aplicado esse plano de ação de combate à pandemia?*

Eduardo Costa: É muito bom falarem com um epidemiologista e falar em John Snow. Quando eu estava estudando na Inglaterra uma das coisas que eu quis fazer foi ir lá no John Snow Pub, assinei o livro, etc. O John Snow era um médico anestesista. Ele era o anestesista da Rainha da Inglaterra, da Rainha Vitória, mas ele tinha aquele espírito de curiosidade e tal. Estudou o modo de transmissão do cólera e se transformou no fundador da epidemiologia.

Vou falar da gripe espanhola. Ela foi estudada por um grupo que publicou, em 2007 ou 2008, e tem uma pessoa do grupo que assinou também o estudo do Imperial College sobre o novo coronavírus. Eles estudaram o que aconteceu nas cidades americanas durante a gripe espanhola. Eles só tinham um método que era exatamente o isolamento, parar as atividades. Na época não estava elaborado na saúde pública a investigação epidemiológica, ou de serviços. Então, a única avaliação que existe do que foi feito para tentar controlar a epidemia de gripe espanhola nos EUA foi uma avaliação de ações de isolamento, mas mesmo assim não era discriminado no país inteiro, era em cidades só. Quando acontecia lá, as cidades fechavam e tal. Em geral ninguém aguentou chegar a dois meses de fechamento. Aí começavam a ter problemas de arrombamentos.

A supressão não foi feita por este tipo de isolamento. Em nenhum lugar onde houve isolamento sozinho teve supressão da transmissão. Houve o esgotamento de susceptíveis. A gripe espanhola tinha uma taxa de transmissão de 1 para 21, ou seja, seis vezes maior do que a do coronavírus. O negócio pegava numa onda que não se segurava. Você tinha uma situação de esgotarem os susceptíveis e depois teve uma segunda onda e, na verdade, depois desapareceu. A gente não sabe porque

desapareceu, mas, certamente, pelo esgotamento porque ela tinha uma alta letalidade também, o vírus jogava contra ele. Ia faltar gente para eles infectarem. É possível também que possa ter havido uma mudança estrutural no vírus, que tenha dado uma mudança e desaparece aquelas cepas mais violentas e ficam outras mais amenizadas. São transformações biológicas que vão ocorrendo.

Nos países asiáticos eles fizeram um controle e o isolamento das pessoas era mais forte. Na Coreia do Sul o fechamento era maior de fronteira para não entrar. Aquela parte comercial, não se sabia se transmitia através de objetos, se era importante. Aí tinha que parar o comércio, a China não queria ser responsável pelo desastre no mundo, então fecha, segura tudo, não exporta.

Mas a ação estava focada nos lugares, especialmente em Wuhan, onde foi o foco. Nos outros foi fácil pegar os casos e conter. Ali dentro foi o palco, foi naquele território, como diria o Edilson, que as coisas se decidiram. Ali foi decidido o destino da pandemia na China, mesmo não sabendo nada sobre o vírus, não se sabia o que ia acontecer. Eles dizem lá, nós usamos a epidemiologia clássica.

“Nos países asiáticos eles fizeram um controle junto e o isolamento das pessoas era mais forte”

A epidemiologia clássica tem outros ensinamentos que não tinham no início do século passado. Ela tem um ensinamento fundamental da única vez que o homem decidiu acabar com um vírus, suprimir da face da terra, que foi a campanha da erradicação da varíola. A erradicação da varíola, uma doença milenar, não se sabe há quantas centenas de anos que ela estava por aí. Sempre havia uma imunidade já. A taxa de transmissão não dava mais do que um para cinco. E era estável. Tinha facilidade de diagnóstico. A perseguição de caso era mais fácil, olhou para a pessoa infectada já se sabia o diagnóstico. Por isso que o que você falou Paulo, é muito importante.

Nós queríamos fazer o rastreamento. Era uma novidade. A vigilância epidemiológica como disciplina data da campanha da erradicação da varíola. Em alguns países deu para fazer, mas chegou na Índia, onde tinham 600 milhões de habitantes, fazer campanha de vacinação não resolvia, é como isolamento indiscriminado, sempre tem gente que não vai. Sempre tem gente que você não encontra e quando passava três quatro anos, já tinham nascido mais 5 milhões de indianinhos novos. Você não conseguia nunca erradicar.

“Se eu tiver controle de 50% dos casos, se eu for rápido, realmente partir com a investigação eu consigo chegar no foco. O caso foi diagnosticado, você partir imediatamente no mesmo dia ou em até um dia, se você for atrás dos contatos, você suprime a transmissão sem isolamento geral”

Aí um grupo desenvolveu, com a liderança de um grande epidemiologista americano, que é o Willian Foege, desenvolveu um método que é esse que a gente chama de vigilância, que é simplesmente rastrear os casos de varíola no meio daquilo lá. Onde tem um caso, tem alguém que passou para ele. A pergunta de como é que eu vou descobrir é essa aí que você, Paulo, falou. Se você perguntar de quem você pegou, ele responde. Você está absolutamente certo. É fácilimo fazer rastreamento. Não tem nenhum mistério. Tem uma sofisticação aqui e ali, mas a coisa básica é essa. É uma pessoa desarmada com uma foto de uma criança doente por exemplo, no caso da varíola, perguntando, você já viu isso? Você conhece algum caso? Isso se consolidou como um instrumento capaz de erradicar. A vacinação apenas não é capaz de erradicar.

Para mim surpreendeu muito a pouca ênfase dada pela OMS a esses aspectos, embora ela já conhecesse, mas seguiu muito essa linha europeia, que ficou muito no isolamento rápido, de qualquer modo. E os países que estão vencendo, estão vencendo é por causa da combinação dos dois. No primeiro momento, não tinha o que fazer, tinha que fazer isso, tinha que organizar os leitos, tinha que organizar equipes de vigilância. Agora, você vê, como disse o Roberto, 300 mil agentes de saúde no Brasil para 40 mil casos por dia. Com este número, você suprime isso com maior facilidade.

Não estou preocupado com as tendências matemáticas. Só sei o seguinte, nós temos uma obrigação ética, assim como o médico e outros profissionais do front, quando o paciente está mal, você sabe que uma proporção grande deles vai morrer e você não consegue fazer nada apesar de aplicar tudo o que você sabe e você faz.

Por outro lado tem um monte de gente que pode fazer muita coisa, mas acham que é muito difícil. Nós estamos nos imobilizando por nós mesmos. E com esses instrumentos que o Edilson falou, você identifica as pessoas pelo CPF. Você tem um programinha que diz qual é a concentração de casos nos últimos 20 dias, quantos casos ocorreram, e cada CPF do Brasil. Eu tenho que complicar para as pessoas pensarem que é alguma coisa importante.

Se eu tiver controle de 50%



dos casos, se eu for rápido, realmente partir com a investigação eu consigo chegar no foco. O caso foi diagnosticado, você partir imediatamente no mesmo dia ou em até um dia, se você for atrás dos contatos, você suprime a transmissão sem isolamento geral.

Por que que uns modelos são olhados e outros não? Foi um veio que entrou, de uma pessoa com prestígio lá na Europa e a gente absorve essas coisas sem parar direito para ver. Eu quero saber agora o que vai acontecer com o sistema epidemiológico brasileiro. Vamos ver se conseguimos fazer essa máquina funcionar quando precisar. Se nós seremos capazes de nos organizar para não cair na mesmo ladainha. Mergulhar nas suas próprias coisas, como o Edilson falou, dentro do seu próprio país ou sempre tem que estar copiando e atrasado.

Edilson de Sousa Bias: É fundamental se ter o registro de todos os fatos, de todos os testes para que se possa a partir do registro, a parte da análise. A outra coisa é que esses dados têm que estar disponíveis de uma forma que eles possam ser analisados adequadamente. Muitas vezes isso não é garantido. A qualidade do dado também não é garantida, prejudicando a análise do fenômeno. Com dados adequados pode-se entender como está andando o processo.

Paulo Ângelo: Num certo período eu pensei que não tínhamos epidemiologistas no Brasil, mas hoje aqui eu percebo que nós temos excelentes epidemiologistas no Brasil. E, por que que nós chegamos nessa situação. Eu imagino que há algo diferente nessa epidemia em relação às anteriores. É a informação. Todo mundo está acompanhando essa epidemia. Isso não ocorria antes. A população vivia a sua vida e o governo tomava as decisões. Minha impressão é que a maioria dos governos no geral adotaram a imunização de grupo. Isso é uma gripe, deixa entrar, vai morrer quem tiver que morrer e nós vamos ter uma imunização. Atinge o pico, alguns morrem, depois cai e fica por isso mesmo e a vida segue. Essa estratégia é que está errada. A população decidiu que não queria fazer parte do rebanho. A população começou a cobrar e começou essa crise. Temos que mudar a estratégia.

Roberto Bitencourt: O único paralelo com o Brasil hoje é os EUA. A estratégia de imunização de rebanho é uma tragédia humanitária. Por outro lado a oposição a isso foi para o outro extremo. Qual foi o outro extremo? Isolamento geral e irrestrito. Todo mundo tem que ficar em casa. As duas posições estão erradas. A imunidade de rebanho é inaceitável do ponto de vista de qualquer ângulo que se queira trabalhar. Inclusive no ângulo econômico, porque isso arrasa a economia de um país e, por outro lado, ficar em casa o tempo todo durante 100 dias também é uma estratégia que a população negou. Então estamos numa espécie de imunidade de rebanho a conta gotas e o platô é expressão matemática disso.